



**III Seminário do Grupo de Pesquisa em  
Etnobiologia e Conservação da Natureza**

**Comunidades Tradicionais, Usos e  
Conservação da Biodiversidade**

**27 e 28 de novembro de 2020 / Juazeiro, Bahia**

# **ANAIIS**

**ISBN: 978-65-5941-164-1**

**DOI: 10.29327/127718.1**



**Ruínas da Igreja de São Félix, Ilha de São Félix, Aldeia do Povo Truká, Orocó/PE.**

**Foto: Carlos Alberto Batista Santos.**

© Carlos Alberto Batista Santos & Wbaneide Martins de Andrade (Orgs.), 2021.  
Arte Gráfica e editoração: Igor França Gama.  
Editor: Carlos Alberto Batista Santos  
Arte da capa: Igor França Gama.

Contatos:

<https://cabsantos0.wixsite.com/iiseminarioetno>

[DOI: 10.29327/127718.1](https://doi.org/10.29327/127718.1)

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Even3 Publicações, PE, Brasil)

S471 Seminário do Grupo de Estudos em Etnobiologia e Conservação dos Recursos Naturais (3.: 2021: Juazeiro, BA)

Anais [recurso eletrônico] / organizadores: Carlos Alberto Batista Santos, Wbaneide Martins de Andrade . – Juazeiro: UNEB, 2021.

Tema: Comunidades Tradicionais, Usos e Conservação da Biodiversidade

Modo de acesso: Internet.

ISBN: 978-65-5941-164-1

1. Comunidades Tradicionais. 2. Conservação da Biodiversidade.  
3. Recursos Naturais. I. Universidade do Estado da Bahia. II. Título.

CDD 572

CDU 574

# **ORGANIZAÇÃO**

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Dr. Carlos Alberto Batista Santos (UNEB/PPGEcoH)  
Dr<sup>a</sup> Wbaneide Martins de Andrade (UNEB/PPGEcoH)

## **COORDENAÇÃO DE GT'S**

### **GT1 - Etnobiologia e Educação**

Kátia Maria Rodrigues Gomes (UPE / Doutorando PPGEcoH/UNEB)  
Roberto Remígio Florêncio (IF Sertão / Doutorando UFBA/FACEDE)  
Ana Carla Pereira Martins Conselho (Doutoranda PPGEcoH/UNEB)

### **GT2 - Narrativas, mitos, símbolos e usos dos recursos naturais**

Maryângela Ribeiro de Aquino Lira Lopes (UNEB / Doutoranda PPGEcoH/UNEB)  
Maria Aparecida Ventura Brandão (UPE / Doutoranda PPGEcoH/UNEB)  
Dinoelma da Silva Moura (Mestranda PPGEcoH/UNEB)

### **Coordenação de Tecnologia e Divulgação**

Igor França Gama (Graduando em Engenharia de Computação UNIVASF)  
Dinoelma da Silva Moura (Mestranda PPGEcoH/UNEB)

### **Coordenação de Secretária e Gestão de Pessoas**

Ana Carla Pereira Martins Conselho (Doutoranda PPGEcoH/UNEB)  
Sandra Valéria Silva Lins (Mestranda PPGEcoH/UNEB)

# **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Arnaldo Jose Correia Magalhaes Junior  
(UNIVASF, Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Glauco Alves Pereira  
(Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Horasa maria Lima da Silva Andrade  
(UFRPE, Dr<sup>a</sup> em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

José Severino Bento da Silva  
(IFPE, Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Luciano Pires Carvalho  
(UFRPE, Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Thiago Pereira Chaves  
(UFPI, Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Vanessa de Carvalho Nilo Bitu  
(UNILEÃO, Dr<sup>a</sup> em Etnobiologia e Conservação da Natureza)

Leonardo Diego Lins  
(UNEB, Dr. em Educação e Contemporaneidade)

Adailson Feitoza de Jesus Santos  
(UNEB, Dr. em Biotecnologia)

# **PROGRAMAÇÃO**

**27/11/2020**

**Conferência de abertura: A pesquisa acadêmica com pessoas em situação de pandemia: possibilidades (YouTube) - 8:30h a 10:00h**

Dr. Carlos Alberto Batista Santos (UNEB/PPGEcoH)

Dr<sup>a</sup>. Márcia Bento Moreira (UNIVASF/PPGADT)

**GT1 Etnobiologia e Educação (Sala do Meet) - 10:00h a 12:00h**

Neste Grupo de Trabalho se valoriza os saberes detidos por populações com menor representação cultural na sociedade brasileira, aqui denominados de saberes etnobiológicos, suas influências e desdobramentos no currículo da educação básica, baseando-se em pesquisas nas vertentes da Ecologia Humana, Antropologia e Educação.

**GT2 Narrativas, mitos, símbolos e usos dos recursos naturais**

**10:00h a 12:00h**

As narrativas míticas, assim como os símbolos, podem ser formas de reatualização de acontecimentos, eventos e práticas do passado que, pelo seu caráter excepcional, tornam-se transtemporais e são recriados em diferentes contextos históricos e geográficos. Alie-se a esses conhecimentos o uso dos recursos naturais e temos expressões dos saberes humanos mediados pelo meio ambiente que os cerca.

**Mesa Redonda: Avaliação de produtos naturais oriundos de plantas de uso medicinal na caatinga (YouTube) - 15:00h a 16:30h**

Desde os tempos antigos a humanidade faz uso de plantas, e diversos estudos vêm demonstrando a eficácia de seus produtos na indústria farmacêutica. A Caatinga é o mais importante tipo de vegetação do Semiárido do Nordeste brasileiro e possui um patrimônio biológico bastante diversificado. Essa mesa de

discussão se propõe a apresentar pesquisa nesta área e suas relações com o Conhecimento Tradicional.

Dr<sup>a</sup>. Fernanda Granja da Silva Oliveira (NEPLAME/UNIVASF)

Dr<sup>a</sup>. Vanessa Carvalho de Nilo Bitu (UNILEÃO)

Dr. Vitor Prates Lorenzo (IF Sertão/PPGEcoH)

Dr<sup>a</sup>. Wbaneide Martins de Andrade (UNEB/PPGEcoH)

**28 / 11 / 2020**

**Mesa Redonda: Práticas Agroecológicas e CT's (YouTube) - 8:30h a 10:00h**

O grande dilema da agroecologia não é encontrar as práticas é construir os processos. Por isso, é fundamental atentarmos para a necessidade de reforçar o protagonismo das pessoas do sertão, e o intercâmbio dos saberes tradicionais e a academia.

Dr<sup>a</sup> Horasa Maria Lima da Silva Andrade (UFRPE/UAG/PPCIAM)

Dr. Luciano Andrade (UFRPE/UAG/PPCIAM)

Dr<sup>a</sup> Paula Rose de Almeida Ribeiro (PPGEcoH)

**Conferência de Encerramento: Saúde integral dos docentes e pesquisadores em tempos de pandemia (YouTube) - 10:00h a 11:30h**

Saúde integral dos docentes e pesquisadores em tempos de pandemia.

Dr. Carlos Alberto Batista Santos (UNEB/PPGEcoH)

Dr<sup>a</sup> Wbaneide Martins de Andrade (UNEB/PPGEcoH)

Dr. José Severino Bento da Silva (IFPE/PPGEcoH)

Dr. Artur Gomes Dias Lima (UNEB/PPGEcoH)

# SUMÁRIO

## Sumário

<b>POVOS DE TERREIRO, ANCESTRALIDADE, CORPO E TERRITÓRIO: MEIO AMBIENTE INTEGRO COMO DIREITO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>08</b>
<b>LENDAS, MITOS E BICHOS: OS ANIMAIS NA CULTURA POPULAR DO HOMEM SERTANEJO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO .....</b>	<b>14</b>
<b>EDUCAÇÃO ESCOLAR INTERCULTURAL INDÍGENA: CURRÍCULO E DESAFIOS .....</b>	<b>21</b>
<b>ESTAMPAS ECOLÓGICAS: ESPIRITUALIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS POVOS QUILOMBOLAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO .....</b>	<b>28</b>
<b>EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E O ENSINO DE JOVENS INDÍGENAS.....</b>	<b>34</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BAIANO .....</b>	<b>38</b>
<b>A INCLUSÃO DAS MULHERES DA BARRINHA DA CONCEIÇÃO NO MUNDO DE TRABALHO.....</b>	<b>46</b>
<b>ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS EM DECORRÊNCIA DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO BAIXO SALITRE, JUAZEIRO – BA .....</b>	<b>51</b>
<b>IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA MINERAÇÃO NAS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO, SOB O OLHAR DA JUSTICA AMBIENTAL.....</b>	<b>56</b>
<b>REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NAS EXPRESSÕES CULTURAIS EM ESPAÇOS INFORMAIS.....</b>	<b>66</b>



**POVOS DE TERREIRO, ANCESTRALIDADE, CORPO E TERRITÓRIO: MEIO AMBIENTE INTEGRO COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

DOI: [10.29327/127718.1-1](https://doi.org/10.29327/127718.1-1)

**Ioná Pereira da Silva**

*Pedagoga. Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), [iona.pereira@gmail.com](mailto:iona.pereira@gmail.com)*

Categoria do Trabalho – Dissertação

**RESUMO**

Esta pesquisa traz como foco os Povos de Terreiro, a Ancestralidade, o Corpo e o território: o meio ambiente integro como direito fundamental. Inicia com o entendimento do estado atual das pesquisas científicas com foco nos Povos de Terreiro situados no Sertão Baiano e Pernambucano procurando demonstrar como está o processo desta produção e a sua importância na promoção do respeito e valorização destas populações tradicionais, em seguida partindo do princípio expresso no Artigo 225 da Carta Magna Brasileira, que indica que todos os cidadãos tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado traz uma reflexão sobre os caminhos possíveis a efetivação deste bem que é essencial a vida no planeta e conclui seu estudo com o entendimento de como as práticas dos Povos de Terreiro a partir da relação: Ancestralidade, corpo e Território contribuem na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**Palavras-chave:** Integridade ambiental; Matriz africana; Sertão brasileiro.

**INTRODUÇÃO**

Esta Pesquisa discute como as práticas dos Povos de Terreiro do Sertão contribuem para a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a partir da visão africana de universo,



vida e sociedade norteadas por tradições bem estruturadas que perpassam a vida dos sujeitos pertencentes a estes povos.

A relação dos Povos de Terreiro perpassa a Ancestralidade e o corpo numa interação constante que se materializa nas vivências e ações feitas no território a partir das territorialidades.

Um Território Tradicional se traduz em muitos elementos, sendo bem mais que uma ligação física com a Terra e com os seus recursos, passando pela dimensão cultural e espiritual (BRAGA, 2016), nos territórios dos terreiros, estão os paradigmas de uma África antiga e ao mesmo tempo nova a partir da formação de identidades, que unem toda a comunidade determinando a relação com o mundo (SABINO; LODY, 2011).

O Território Tradicional são os espaços ocupados pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) onde estes desenvolvem todas as ações necessárias a vida, podendo ser de uso permanente ou temporário. O Território Tradicional extrapola o aspecto físico e estético, uma vez que este é habitado pela Ancestralidade sendo resignificando no mundo, ponte entre a humanidade e o sagrado (MANDARINO; GOMBERG, 2013).

Num primeiro momento se fez necessário entender qual o estado atual das pesquisas científicas relacionadas com estas populações e a partir deste entendimento provocar o diálogo sobre a necessidade de ampliação destes estudos na procura pelo maior fortalecimento destes povos no país.

Em seguida compreendemos a urgência de se tecer um novo olhar sobre o meio ambiente, tendo como base as relações sociais e a subjetividade humana, repensando a sociedade e as consequências trágicas do capitalismo mundial integrado, na busca pela promoção da preservação do meio ambiente, a partir da necessidade de uma Gestão Socioambiental compartilhada pelos vários atores que compõem o planeta (GUATTARI, 2001).

Trazemos um olhar sobre as práticas dos Povos de Terreiro e de como estas a partir da interação Ancestralidade, corpo e território contribuem de forma significativa para a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Apresentamos também como os estudos em Ecologia Humana no Brasil tem desempenhado papel fundamental ao produzir pesquisas que voltam seu olhar para a forma de vida e vivência dos Povos e comunidades tradicionais provocando a partir daí um debate especializado sobre as questões relacionadas a estas populações promovendo visibilidade e o seu fortalecimento (SILVA; BOMFIM, 2019).

Esta pesquisa é, portanto, inédita e de extrema relevância tanto para o meio acadêmico como para as populações envolvidas pois levanta o debate sobre questões extremamente necessárias na atualidade para a promoção do cuidado com o planeta, trazendo novos dados que podem se tornar

essenciais para o fomento de outras pesquisas, debates acadêmicos e na proposição de Políticas Públicas específicas voltadas para o Etnodesenvolvimento dos Povos de Terreiro do país.

## MÉTODO

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura sistemática integrativa por ser uma metodologia que possibilita um produto final com mais variedade e qualidade, neste processo foram acessados base de dados variados (*Google scholar, Science direct, Scielo* e Portal Periódicos CAPES) com recorte temporal entre 2009 a 2019, onde foram encontrados 42 trabalhos distribuídos entre: Artigos, livros impressos ou digitais, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado publicados em formato digital com tema dos mais variados possíveis relacionados a Matriz Africana.

Além de uma investigação de base etnográfica (ROCHA; ECKERT, 2008), tendo como lócus de pesquisa os Povos de Terreiro de Candomblé no sertão do Nordeste brasileiro, municípios de Petrolina e Juazeiro, localizados respectivamente nos estados de Pernambuco e Bahia.

Como critérios de inclusão/exclusão para seleção das Casas de Terreiro, foi utilizado a observação do maior nível de fidelidade que estas possuíam na execução dos fundamentos e práticas originários das raízes étnicas africanas das Nações Bantu, Jeje e Ketu que são os focos desta pesquisa, dessa forma foram selecionados os terreiros: Unzó Congo Mutalenguzo (Nação Angola), Vodun Jidan Dandahum Bessenador (Nação Jeje) em Juazeiro/BA e o Ilé Asé Opò Oyá Sidè Omi òsún (Nação Ketu) em Petrolina/PE.

Durante o processo da pesquisa foram realizadas seis (6) entrevistas a partir de questionário com perguntas semiestruturadas que foram respondidas por representantes dos três Povos de Terreiros, sendo dois entrevistados por terreiro.

As Entrevistas aconteceram durante o período da observação participante, numa proposta dialética de construção (GADOTTI, 1990) e neste processo foram feitos também os registros fotográficos que integram este estudo. A metodologia de seleção dos entrevistados foi baseada na Bola de Neve (BAILEY, 1994; BALDIN; MUNHOZ, 2011), em um grupo específico, as lideranças das casas de terreiro, sendo aplicado como técnica de coleta de dados questionário semiestruturado (DUARTE, 2004; LÉO NETO; ALVES, 2010) e a Observação participante (MÓNICO et al., 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pesquisar os Povos de Terreiro do sertão é de extrema importância tanto a nível acadêmico como social pois permite entender suas vivências e saberes que tem valor significativo para a vida de todo o planeta, estes apresentam especificidades diferentes das apresentadas pelos Povos que estão

nas capitais e em outras áreas do país constituindo-se assim uma importante fonte para o desenvolvimento de estudos.

Num primeiro momento entendemos a necessidade de apresentar um estudo de como se encontra na atualidade a pesquisa científica relacionada a estes Povos com recorte nos Estados da Bahia e de Pernambuco onde uma porcentagem significativa está situada na região semiárida, entendendo a importante contribuição destes para a construção da sociedade brasileira, tomamos como marco temporal o período entre os anos de 1999 e 2019.

Através de uma revisão de literatura sistemática integrativa, metodologia escolhida por oportunizar uma busca mais ampla de dados a partir de diversos tipos de documentos impressos e digitais, foram encontrados 42 estudos que demonstraram a existência de uma quantidade significativa de pesquisas relacionadas ao tema, porém também foi constatado a necessidade da promoção de mais estudos voltados as questões pertinentes aos Povos de Terreiro do Sertão, apontamos também a importância da pesquisa científica como instrumento de diagnóstico que possibilita novos estudos e a proposição de Políticas Públicas que visem melhorar todas as dimensões das condições de vida destes povos.

Num segundo momento, identificamos a necessidade de fazer uma reflexão sobre o Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em toda a sua dimensão a partir do conteúdo explícito na carta Magna brasileira de 1988 que constitucionalizou este bem inerente a vida no planeta atribuindo a responsabilidade de cuidado com este ao Estado e a todos os setores da sociedade civil, trazendo também um enfoque sobre os Povos e Comunidades Tradicionais sua importância na preservação ambiental e a necessidade de um cuidado efetivo para com estas populações.

Este é um tema que é complexo porém extremamente necessário na contemporaneidade, pois apontar os cuidados para a manutenção com qualidade da vida no planeta é uma temática de extrema relevância, partindo da construção histórica da questão ambiental, entendendo o seu conceito e por conseguinte o seu desdobramento na sociedade, indicando que é de fundamental importância a promoção de caminhos que levem a sua efetivação, e isso depende da ação de vários atores, passando pelos setores Públicos, privados e pela sociedade civil de modo geral. No estudo foram apresentadas as principais leis ambientais brasileiras, no intuito de fazer um quadro do que já existe na Legislação brasileira e auxiliar na proposição de novas legislações que venham dar conta das lacunas existentes. Apontamos também a degradação ambiental contemporânea e suas possíveis causas e efeitos na atualidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo aponta como as práticas dos Povos de Terreiro contribuem para a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a partir da interface Ancestralidade, corpo e território,

demonstrando a importância das ações destas populações que tem por base os fundamentos da Matriz Africana trazida para o Brasil a partir do período colonial com a vida dos escravizados africanos e que no país sofreu influências da cultura indígena e Europeia, estas Populações tem uma compreensão holística da vida e dos seres que compõem o planeta, entendendo que tudo está intimamente interligado como numa teia da vida como é apontado por Capra (1996).

Existe um arcabouço de pesquisas científicas relacionadas aos Povos de Terreiro do sertão (Bahia e Pernambuco), porém há a necessidade do aumento desta produção para dar conta de outras temáticas.

No Brasil encontramos um conjunto considerável de Documentos relacionados a proteção ambiental, sendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado um bem inerente a vida no planeta, as práticas dos Povos de Terreiro do Sertão são um possível caminho a ser seguido na promoção de um equilíbrio ambiental.

Os Povos de Terreiro do Sertão possuem especificidades e necessidades que diferem dos Povos de Terreiro das capitais e de outras áreas do país, por isso é preciso ter Políticas Públicas voltadas para a sua realidade. As Populações de Terreiro não têm apenas a vertente religiosa, mas se constituem como um Povo que incorpora os segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais do país merecendo por isso tratamento diferenciado que atenda com qualidade as suas especificidades.

Os estudos em Ecologia Humana no Brasil são um importante instrumento que promove o fortalecimento e a visibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, contribuindo na promoção para a efetivação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, partindo de uma Ecopedagogia baseada nas vivências destas populações.

## REFERÊNCIAS

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para Pesquisa em Educação ambiental comunitária. EDUCERE- x Congresso Nacional de Educação, 2011.

BRAGA, P. G. S. Direitos humanos na perspectiva dos povos tradicionais. **Dignidade Revista**, v 1 n 1, 2016, p. 153.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1934.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Editora Cultrix, São Paulo, 1996.

CUNHA, E. P. **O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na ordem constitucional brasileira.** 1996.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Editora UFPR, 2004.

GADOTTI, M. "A dialética: concepção e método" in: **Concepção Dialética da Educação.** 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 2001.

LÉO NETO, N. A; NÓBREGA. A. R. R. A natureza sagrada do candomblé: análise da construção mística acerca da natureza em terreiros de candomblé no Nordeste de Brasil. **Interciência**, vol. 35, núm. 8, agosto, 2010, p. 568574.

MANDARINO. A C. S.; GOMBERG, E. **Candomblé, corpos e poderes,** 2013.

Mónico, L. S.; Alferes, V. R.; Castro, P. A.; Parreira, P. M. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Atas CIAIQ ,2017.

ROCHA, A. L. C.; Eckert, C. Etnografia: saberes e práticas. In: Pinto, C. R. J.; Guazzelli, C. A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SABINO, J.; LODY, R. **Danças de Matriz Africana: antropologia do movimento.** Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

SILVA, I. P.; BOMFIM, L. S. V. O Tólos da Ecologia Humana. **Acta Brasiliensis,** 2019.



**LENDAS, MITOS E BICHOS: OS ANIMAIS NA CULTURA POPULAR DO HOMEM SERTANEJO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

DOI: [10.29327/127718.1-2](https://doi.org/10.29327/127718.1-2)

Categoria do Trabalho – Dissertação

***Adriana Anadir dos Santos***

*Bióloga. Mestra em ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), Secretária de Educação do Estado da Bahia, Colégio Estadual Josefa Soares de Oliveira, Ribeira do Amparo/BA.*

[ant\\_miga@yahoo.com.br](mailto:ant_miga@yahoo.com.br)

**RESUMO**

A vida do sertanejo é repleta de lendas e mitos, temas fortes na cultura nordestina. A música pode expressar a realidade de um povo, e a obra de Luiz Gonzaga é uma fonte inesgotável de informação sobre os costumes e a relação entre o homem e a natureza. Com base na obra discográfica de Luiz Gonzaga, o presente estudo teve como objetivo analisar as letras das músicas que citam os animais do semiárido e suas relações/interações com o homem sertanejo, evidenciando os mitos e crenças presentes na cultura nordestina.

**Palavras-chave:** Fauna; Crenças Populares; Comunidades Rurais.

**INTRODUÇÃO**

Desde os primórdios da história, os animais selvagens estão intimamente mesclados à vida do homem primitivo que os confrontando diariamente promoviam o abate com o objetivo de suprir suas

necessidades alimentares e utilizar subprodutos como as peles que os protegiam contra as intempéries (BRADESCO-GOUDEMAND, 1982). Este mesmo homem nos deixa um legado nas paredes das cavernas, gravuras de animais e cenas de caça, estabelecendo assim a primeira conexão entre animais e homens.

Para Marques (1995), a conexão homem-animal constitui-se uma das ligações básicas que toda sociedade, em qualquer lugar e época, mantém com o universo. Desse modo, o Brasil possuidor de uma grande biodiversidade animal utiliza-se desta para representar culturas milenares, a exemplo dos pássaros, utilizados para identificar a arte plumária dos povos indígenas (BRADESCO-GOUDEMAND, 1982).

O nordeste do Brasil, especificamente o semiárido, é considerado um mundo à parte, onde a diversidade cultural e a diversidade faunística apresentam características únicas, tendo uma riqueza de interações, traduzindo desse modo a importância dos animais para as sociedades locais. Uma boa parte da sociedade nordestina detém um conhecimento substancial da flora e fauna, e vêm utilizando os recursos animais desde o período colonial (ALVES; SOUTO, 2010; ALVES; SOUTO 2011).

Esses usos e conhecimentos se perpetuaram ao longo do tempo, sendo utilizada na atualidade com diversas finalidades, desde a alimentação, a atividades culturais, comércio de animais vivos, utilização de partes deles ou de subprodutos usados como vestuário, ferramentas, zoterápico além de rituais mágico-religiosos (FERNANDES-FERREIRA et al., 2012; FERREIRA et al., 2012; SANTOS; SANTOS; SANTOS, 2016; 2017; LIMA et al., 2017; SANTOS, 2017; SANTOS et al, 2016; SANTOS; SANTOS, 2019; SANTOS, 2020).

As relações entre o homem sertanejo e o mundo que o cerca, estão presentes em diversas crenças, mitos, rituais e símbolos que os unem ao mundo natural. Essa união é intermediada pelos 'espíritos' da natureza, seres que controlam os fenômenos naturais e protegem as espécies animais, regulando a caça e conferindo proteção aos caçadores e às atividades cinegéticas (MUSSOLINI, 1980). Em decorrência dessa herança mítica, os sentimentos em relação aos animais são carregados de simbolismo. O sertanejo, seja ele indígena ou não indígena, é sensível às manifestações da natureza que os rodeia e do mundo sobrenatural que os envolve, e este modos de saber e fazer sobrevive através da oralidade dos mais vividos, contos, fábulas, histórias, crenças e superstições que envolvem os animais, que são contadas e recontadas, desse modo, atravessam gerações e percorrem o semiárido nordestino (COSTA-NETO, 2005).

No ambiente rural, algumas espécies animais são caçadas ou mortas quando apresentam algum risco para a população local ou são deixadas de lado, principalmente quando fazem partem de lendas e credices populares (HANAZAKI, 2009; ALVES et al., 2010).

Partindo do pressuposto de que os animais que apresentam aspectos místicos são comumente deixados de lado pelas comunidades rurais por serem a estes atribuídos características sagradas, poderes, medos e temores, o presente trabalho procurou registrar os conhecimentos etnozoológicos

presentes na Obra de Luiz Gonzaga, bem como analisar e comparar os resultados com os da comunidade da zona rural do semiárido nordestino do distrito de Fervente no município de Ribeira do Amparo/BA, enfatizando as relações e a cultura popular descrevendo os mitos, lendas, sonhos, fantasias, histórias, folclore e arte.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período de março de 2014 a junho de 2015, na Fazenda Fervente (11º 02' 50" S e 38º 26' 00" W) município de Ribeira do Amparo, localizado na região do semiárido, estado da Bahia.

As informações foram obtidas por meio de entrevistas livres e conversas informais (MELLO, 1996; HUNTINGTON, 2000), com a utilização de formulários semiestruturados através de uma metodologia participativa, que acordo com Thiollent (1986) possibilita o estabelecimento de relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada objetivando uma melhor aceitação do pesquisador enquanto atua no ambiente pesquisado.

A amostragem foi não-aleatória intencional, na qual foram pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE et al., 2010) utilizando para isso a técnica denominada bola de neve (*Snow ball*) descrita por Bailley (1994). As entrevistas foram gravadas utilizando minigravador digital ou anotadas mediante consentimento do entrevistado através do Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do termo de autorização para o uso da imagem (Licença do Comitê de Ética em Pesquisa Nº 42039215.1.0000.0057).

As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados e as questões abordadas tratavam sobre o perfil socioeconômico e cultural dos entrevistados (Possui residência Própria? Quantas pessoas moram na casa? Trabalha ou recebe algum benefício do governo?), conhecimento a respeito da fauna (Quais são os animais que existem na comunidade? Existe algum animal que existia e não existe mais na comunidade?), bem como lendas e crenças sobre as espécies citadas (Você conhece algum "causo", história, lenda que envolve os animais? Se sim, qual animal faz parte desse causo, história ou lenda?), além de perguntas sobre os aspectos ecológicos da comunidade.

## RESULTADOS

Foram analisadas 604 músicas da obra do Luiz Gonzaga, buscando informações a respeito dos animais e das crenças presentes na obra. Os resultados evidenciaram a citação de animais em 105 músicas e 19 músicas citaram as relações de mitos e crenças nos elementos da fauna presente no mundo do sertanejo. Foram citados nove táxons da fauna sertaneja. Sendo quatro grupos de



invertebrados (Insetos (n=10), Crustáceos (n=02), Miriápode (n=1) e Moluscos (n=1)). E em relação aos vertebrados, destacamos os Peixes (n=08), Anfíbios (n=03), Répteis (n=08), Aves (n=38), Mamíferos (n=27).

Os resultados demonstram a diversidade faunística do sertão, bem como as interações existentes entre os animais e o homem sertanejo, revelando aspectos da cultura popular e do imaginário nas suas relações com os animais. Como análise comparada, foi investigada estudada a comunidade da Fazenda Fervente, localizada na cidade de Ribeira do Amparo/BA, buscando o conhecimento e a relação entre os homens e os animais e as suas crenças. Foram aplicados questionários semiestruturadas e realizadas conversas informais, para o levantamento dos dados e o método foi o estudo de caso.

Os informantes elencaram cinco grupos animais distribuídos entre insetos (n=07), anfíbios (n=03), répteis (n=07), aves (n=34) e mamíferos (n=09). Entre esses animais 38 foram citados como escassos ou raros. Os resultados evidenciaram que a interferência antrópica contribuiu para a escassez da fauna local, dentre elas a exploração de hábitat para cultura de subsistência, a introdução de espécies exóticas, a extração de madeira para produção de lenha e as práticas das atividades cinegéticas.

Entretanto, os conhecimentos tradicionais referentes a fauna local de algumas espécies existente na comunidade podem contribuir para estratégias de conservação da fauna. Em relação às crenças, ocorreram seis citações de animais relacionados a crenças: Acauã (*Herpetotheres cachinnans*); Cobra-verde (*Philodryas olferssi*); Garrincha (*Troglodytes musculus*); Rã (não identificada); Rasga-mortalha (*Tyto furcata*) e o Soim (*Callithrix jacchus*). Dentre essas, a mais citada foi a cobra-verde (*Philodryas olferssi*) e os resultados evidenciaram que a crença em relação ao aspecto “vingativo” atribuída a *P. olfersii* foi sustentada pelos moradores da comunidade e transmitida oralmente pelos mais velhos, constituindo-se uma herança biocultural que interfere negativamente na conservação da espécie. A crença de que a perseguição à cobra verde resultará numa vingança ao seu agressor, proporciona a busca de métodos de abate eficazes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra de Luiz Gonzaga, as músicas evidenciam a diversidade do Sertão nordestino, descrevendo os aspectos biológicos e comportamentais da fauna da caatinga e a relação do homem com os animais presentes na referida região. As letras revelam a percepção do sertanejo em relação aos bichos, destacando seus conhecimentos, usos e relações de aproximação (biofilia) e/ou afastamento e o imaginário popular, rico em crenças, lendas e mitos.

Os táxons, insetos, crustáceos, miriápodes, moluscos, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos citados nas músicas do “rei do baião”, refletem os animais que se destacam na cultura popular, sendo personagens na vida do homem do sertão. As aves e os mamíferos foram os grupos que mais se destacaram em números de espécies. As aves simbolizam a alegria, presságios e sobrevivência do sertanejo e a relação biofílica. O mesmo ocorre com os mamíferos que também estabelecem com o homem relações biofílicas.

Em relação às crenças evidenciadas na discografia, elas revelam os aspectos do imaginário popular e de que maneira os sertanejos ouvem e observam o comportamento dos animais seguindo o princípio da herança biocultural presentes na memória e transmitidas através da oralidade.

Ao comparar a obra de Luiz Gonzaga em relação aos animais e crenças, com o cenário da comunidade da Fazenda Fervente observa-se uma relação estreita envolvendo sentimentos variados do homem sertanejo, cujos conhecimentos estão relacionados a biologia e a ecologia, destaca-se o soino como um animal essencial para a comunidade, por uma vez que os soinos acabaram reduzindo a presença de insetos (controle biológico), contribuindo para a conservação dos cajueiros e consequentemente o aumento dos recursos financeiros da comunidade.

A exploração do hábitat, principalmente em atividades agrícolas para cultura de subsistência, a introdução de espécies exóticas, a exploração das espécies arbóreas, o desmatamento e o corte ilegal para o fornecimento de lenhas são apontados como possíveis causas da escassez das espécies. Além disso, a superexploração dos recursos naturais, principalmente relacionados às atividades cinegéticas foram determinantes para a redução de muitas aves, répteis e mamíferos.

Algumas crenças podem contribuir para a perseguição e abate de animais a exemplo da crença que cobra verde é nociva, interferindo negativamente na conservação desta, tornando emergencial o desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental na comunidade, evidenciando a biologia da cobra verde, bem como das serpentes de um modo geral, descrevendo sua importância ecológica no controle biológico de pequenos vertebrados e como fonte de alimento para aves.

Diante dos dados obtidos e analisados, o presente estudo servirá como ferramenta para estratégias de atividades ambientais em comunidades rurais buscando a conservação da fauna para o equilíbrio do ambiente.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Ed.). **Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos**. Recife: NUPEEA/Livro Rápido, 2010. p. 39-64.

ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. S. Etnozoologia: conceitos, considerações históricas e importância. In: ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. S.; MOURÃO, J. S. (Ed.). **A Etnozoologia no Brasil: Importância, Status atual e Perspectivas**. Recife: NUPEEA, v. 7, 2010. p. 19-40.

ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. S. Ethnzoology in Brazil: current status and perspectives. London: **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. v, 7, n. 22, p. 1-18, 2011.

ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. S.; MOURÃO, J. S. **A Etnozoologia no Brasil: Importância, Status atual e Perspectivas**. Estudos & Avanços.1. ed. Recife: NUPEEA, 2010. 550 p.

BAILEY, K. **Methods of social research**. 4 ed. New York: The Free Press. 1994. 588p.

BRDESCO- GOUEMAND, Y. **O ciclo dos animais na Literatura Popular do Nordeste**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Ruy Barbosa. 1982. 190p.

COSTA-NETO, E. M. Animal based medicines biological prospection and the sustainable use of zootherapeutic resources. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**. 77: 133- 43, 2005.

FERNANDES-FERREIRA, H. et al., Hunting, use and conservation of birds in Northeast Brazil. **Biodiversity and Conservation**. v., n. 21, p. 221-244, 2012.

FERREIRA, F. S. et al. The Trade in Medicinal Animals in Northeastern Brazil. New York: **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2012, pp. 1-20, 2012.

HANAZAKI, N.; ALVES, R.R.N. & BEGOSSI, A. Hunting and use of terrestrial fauna used by Caiçaras from the Atlantic Forest coast (Brazil). **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** 5: 36. 2009.

HUNTINGTON, H. P. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1270-1274, 2000.

LIMA, J. R. B. ; SANTOS, C. A. B.; ALMADA, E. D.; COSTA-NETO, E. M. Percepções e crenças sobre fauna cinegética em uma região semiárida do Brasil. **Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 8, p. 23-30, 2017.

MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores**: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano. São Paulo: Universidade de São Paulo, NUPAUB. 1995. 285p.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 290p 1980.

SANTOS, C. A. B. Reflexões sobre o uso da fauna silvestre como recurso medicinal pelos povos indígenas no semiárido nordestino. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 3, p. 228-236, 2017.

SANTOS, C. A. B. Hunting Practices Among the Indigenous Truká in the Semiarid Region of Brazil. **Amazonia Investiga**, v. 9, p. 127-147, 2020.

SANTOS, A. A.; SANTOS, C. A. B. Men-fauna relations: drought and bad omen in the northeastern backlands. **International journal of development research**, v. 9, p. 27560-27565, 2019.

SANTOS, A. A.; SANTOS, C. A. B.; SANTOS, E. M. Crenças e percepções sobre *Philodryas olferssi* (Lichtenstein, 1823), em Ribeira do Amparo, sertão da Bahia. **Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 7, p. 16-26, 2016.

SANTOS, C. A. B.; ALBUQUERQUE, U. P.; SOUTO, W. M. S.; ALVES, R. R. N. Assessing the Effects of Indigenous Migration on Zootherapeutic Practices in the Semiarid Region of Brazil. **Plos One**, v. 11, p. e0146657, 2016.

SANTOS, A. A.; SANTOS, C. A. B.; SANTOS, E. M. A música de Luiz Gonzaga como suplemento didático das aulas de Ciências e Biologia. **Revista a Bruxa**, v. 1, p. 112-113, 2017.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa - Ação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986.



**III Seminário do Grupo de Pesquisa em  
Etnobiologia e Conservação da Natureza**

**Comunidades Tradicionais, Usos e  
Conservação da Biodiversidade**

**27 e 28 de novembro de 2020 / Juazeiro, Bahia**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INTERCULTURAL INDÍGENA: CURRÍCULO E DESAFIOS**

DOI: [10.29327/127718.1-3](https://doi.org/10.29327/127718.1-3)

Categoria do Trabalho – Projeto de tese

**Kátia Maria Rodrigues Gomes**

*Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [katiamariara@gmail.com](mailto:katiamariara@gmail.com)*

**Carlos Alberto Batista Santos** (Orientador)

*Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em  
Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [cabsantos@uneb.br](mailto:cabsantos@uneb.br)*

**Leonardo Diego Lins** (Co-Orientador)

*Doutor em Educação (UNEB), Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão  
Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [ldlins@uneb.br](mailto:ldlins@uneb.br)*

**RESUMO**

Com base na Constituição de 1988, a qual assegurou aos povos indígenas o direito à educação específica, estes vêm lutando pela autonomia de suas escolas. Entretanto os povos indígenas em Pernambuco e Bahia lutam pelo reconhecimento da escola diferenciada a partir do currículo intercultural. Esta pesquisa objetiva entender o processo de construção e a implementação do Currículo Intercultural da Educação Escolar Indígena (CIEEI) nos referidos estados. Analisaremos a hipótese de que a vivência de um currículo intercultural surge a partir da realidade sociocultural de cada etnia. No entanto as escolas indígenas ainda seguem um currículo imposto pelo sistema educacional vigente, o qual não prioriza suas especificidades. Na metodologia, utilizaremos entrevistas

semiestruturadas, questionários, conversas informais, diário de pesquisa e a análise documental. Será utilizada também a técnica da triangulação, uma vez que o cruzamento dos dados será pertinente para revelar informações implícitas ou não ditas. Pretendemos descrever o processo de construção do CIEEI, a partir do acompanhamento dos professores indígenas devidamente matriculados no Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Paulo Afonso e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), campus Caruaru. Serão verificados os materiais didáticos que contemplem a educação diferenciada, específica e intercultural. Espera-se que os resultados sinalizem os devires dos/as professores/as, lideranças e estudantes indígenas imbuídos na construção e implementação do Currículo Intercultural, além de apontar uma prática de ensino/pesquisa caracterizada por um caráter ecológico, ideológico e político nas aldeias.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Currículo Intercultural. Povos indígenas

## INTRODUÇÃO

De acordo com Netto e Marques (2017), a Ecologia Humana é a ciência que se propõe a entender a interação do ser humano com sua comunidade, com o ambiente em que vive, além da relação desse ser com seus pares, com sua comunidade e, ao mesmo tempo, com o universo. Essa interação do ser com o seu entorno é presente na relação do índio com o meio, logo interligada aos saberes e fazeres do povo indígena. Sendo assim, é importante validar que, embora o povo indígena tenha absorvido elementos da cultura do não índio, sofrido preconceitos e discriminações, não perdeu a força de lutar pela terra, pela sua identidade, bem como pela autenticidade na forma de agir com autonomia na sociedade.

Vale ressaltar também que embora, segundo Maher (2006) tenhamos sido educados a partir de um sistema educacional construído a partir de ideologias que procuram diluir as identidades indígenas, esse povo vem protagonizando na literatura, na música, na universidade, na política, nas artes, na docência, entre outros. Ressignificando suas práticas em nome da preservação de um legado cultural, da história e da luta para afirmação e reconhecimento de identidades, sem negar as influências de outras culturas, consideradas “brancas” na vida do seu povo (GOMES, 2014).

Com base na Constituição de 1988, a qual assegurou aos povos indígenas o direito à educação específica, estes vêm lutando pela autonomia de suas escolas, uma vez que acreditam estar a autonomia ligada à liberdade de expressão. Entretanto para os povos indígenas em Pernambuco e Bahia, ainda há uma luta em busca do reconhecimento dessa escola diferenciada a partir do currículo intercultural. É válido ressaltar que há prejuízos para a comunidade indígena por não ter seu Currículo

Intercultural, já que o ensino obedece a muitas orientações metodológicas impostas pela Secretaria de Educação Estadual.

Assim, partindo do incômodo da não valorização e de constantes ataques culturais, ao longo da trajetória de luta, os povos indígenas de Pernambuco e da Bahia se organizaram em prol de uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural, a partir da escrita do Projeto Político Pedagógico (PPP) norteado por cinco eixos: Organização, Terra, História, Interculturalidade e Identidade, pontuando propostas condizentes com a realidade da Educação Escolar Indígena (EEI) dentro da aldeia.

Em vista disso, esta pesquisa propõe-se compreender de que forma os desafios postos pela Educação Escolar Intercultural Indígena, que envolve as complexas demandas implicadas no reconhecimento da diversidade de diferentes etnias, estão sendo vivenciadas pelos professores indígenas aldeados nos estados de Bahia e Pernambuco.

Assim, compreendendo a educação como o lugar de transversalidade onde se entrecruzam saberes, visões de mundo, técnicas e interpretações polissêmicas de sociedade, da cultura e da natureza (CATALÃO et al 2009), este estudo pretende responder a uma série de perguntas, tais como: a) quais os principais desafios para implementação do currículo na prática? b) de acordo com o professor indígena, qual o currículo necessário para a escola de sua aldeia? c) como é trabalhado o currículo em sala de aula? d) quais são os conteúdos trabalhados nas escolas indígenas de Pernambuco e da Bahia? e) até que ponto são ressignificados os conteúdos na sala de aula? f) como acontece esse processo de ressignificação? g) quais as intersecções e as diferenças entre os currículos estudados nas escolas indígenas dos dois estados?

Nessa direção, pretende analisar a hipótese de que a vivência de um currículo que contemple uma educação escolar diferenciada, específica e intercultural surge a partir da realidade sociocultural de cada etnia, no entanto as escolas indígenas ainda seguem um currículo imposto pelo sistema educacional vigente, o qual não prioriza as especificidades de cada povo.

Para a realização deste estudo investigativo, será importante descrever o processo de construção do (CIEEI) em Pernambuco e Bahia a partir dos professores indígenas devidamente matriculados no Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Paulo Afonso e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), campus Caruaru; bem como analisar os processos de significação/ressignificação das expressões socioculturais indígenas e sua inserção no currículo intercultural específicos de cada povo indígena, a partir de questionários, entrevistas semiestruturadas e conversas informais.

Importante ressaltar que devido ao momento pandêmico e para segurança do pesquisador, como também dos participantes deste trabalho, o pesquisador não entrará em Terras Indígenas e as ações supracitadas serão realizadas no formato online. Sendo assim, os participantes indígenas dessa

pesquisa serão contatados por via e-mail e/ou telefonemas a fim de serem acompanhados de forma online, com encontros e reuniões de forma remota. Isso se estenderá também aos questionários, às entrevistas semiestruturadas e conversas informais com cada entrevistado.

No decorrer da investigação, pretendemos verificar os materiais didáticos utilizados nas escolas indígenas que contemplem, no currículo, a inserção de elementos que identifiquem uma educação diferenciada, específica e intercultural.

Concomitantemente, será pertinente um olhar para os desafios da aplicação do currículo intercultural nas práticas escolares dos/as professores/as indígenas na comunidade, a fim de verificar os resultados positivos e/ou negativos da aplicação desse currículo nas práticas escolares dos/as professores/as indígenas na comunidade. Espera-se que os resultados possam sinalizar os devires dos/as professores/as, lideranças e estudantes indígenas imbuídos na construção e implementação do Currículo Intercultural para suas escolas, além de apontar uma prática de ensino/pesquisa caracterizada por um caráter ecológico, ideológico, logo, político, dentro das aldeias.

Por isso, essa pesquisa objetiva compreender como ocorreu o processo de construção e a implementação do Currículo Intercultural da Educação Escolar Indígena nos estados de Pernambuco e Bahia considerando seus impactos internos e externos à comunidade indígena.

## **METODOLOGIA**

Antes de iniciar o processo de coleta de dados, este projeto será submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, transversal, com amostragem não probabilística; não-aleatória intencional, na qual serão pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE et al, 2014; SANTOS et al., 2016; SANTOS; SANTOS, 2018), para isso será utilizada a técnica denominada bola de neve (Snow ball) descrita por Bailey (1994). Nessa técnica, os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”).

Nessa pesquisa será aplicada a técnica da entrevista semiestruturada, visto que esta combina perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer livremente sobre o tema proposto. As informações durante as entrevistas serão obtidas através de questionários semiestruturados, complementados por conversas informais (MELLO, 1996; HUNTINGTON, 2000).

Relevante destacar que devido ao contexto de pandemia, a coleta de dados acontecerá de forma online, com encontros e reuniões de forma remota. Incluem-se aqui os questionários, as entrevistas semiestruturadas e conversas informais com cada entrevistado.



Os questionários serão acrescentados às entrevistas e apresentarão perguntas sobre: quantitativo de escolas e de professores que formam a comunidade escolar da aldeia; formação acadêmica dos educadores; experiência profissional, a luta por uma educação escolar intercultural indígena; os impactos dessa luta; a percepção do professor acerca do currículo intercultural na sua aldeia; a implementação desse currículo, bem como os desafios vivenciados por estes profissionais.

O diário de pesquisa se fará necessário para o aprofundamento da busca de informações (FALKEMBACH, 1987).

Será utilizada a análise documental por constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, além de ser uma técnica apropriada quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos (HOLSTI, 1969).

A triangulação dos dados será utilizada como técnica que, segundo Bortoni-Ricardo (2008), permite comparar dados de diferentes tipos com o objetivo de confirmar ou não uma asserção, isto é, a comparação dos diferentes dados gerados, a partir das entrevistas, das gravações em áudio e/ou vídeo, do diário de pesquisa e da análise documental, validando a análise e possibilitando respostas para as indagações acerca do problema de pesquisa. Aqui as informações são cruzadas e confirmadas em relação aos dados das entrevistas ou documentos locais, construindo dessa forma, uma evidência mais forte a partir de várias fontes de informação (ERICKSON, 2001).

Será utilizada também a categorização de dados como o processo cognitivo de dividir o mundo da experiência humana em grupos gerais ou categorias amplas (BINWAL, 2001), os dados deste estudo serão: a) selecionados pelo pesquisador; b) agrupados por categorias – a depender do que os dados revelem – e, por último, c) interpretados, a fim de identificar o que eles apontam de resposta para a problemática dessa pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Espera-se que esta pesquisa possa sinalizar os devires dos/as professores/as, lideranças e estudantes indígenas imbuídos na construção e implementação do Currículo Intercultural para suas escolas, além de apontar uma prática de ensino/pesquisa, dentro das aldeias, caracterizada por um caráter ecológico, ideológico, logo, político. Assim, essa pesquisa poderá trazer uma significativa relevância científica e social para as demandas da Educação Escolar Indígena (EEI), às quais uma ciência puramente moderna tecnicista não atende.

Pretende-se gerar manuscritos a serem publicadas em revistas de alto impacto, abordando o tema da interculturalidade no currículo escolar indígena de Pernambuco e Bahia; as intersecções e diferenças desses currículos; a percepção do professor indígena em relação ao currículo intercultural na sua comunidade. Espera-se, ainda, que essa pesquisa possibilite um espaço para reflexão e

percepção das diferenças, bem como das especificidades que compõem o contexto ecológico da realidade dos povos indígenas nos referidos estados do Nordeste brasileiro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande valia a realização desta pesquisa, uma vez que esta proporcionará o fortalecimento da universidade pública através do desenvolvimento da ciência que favorece a transformação da sociedade a partir das fortes vozes indígenas que ecoam e recuperam a história da terra silenciada; favorecendo, portanto, a constituição de identidades e afirmação dos sujeitos, superando o que há muito tempo lhes fora negado: o direito de ser diferente, tendo em vista que foram despejados da própria língua, de suas crenças, das suas tradições, das suas memórias e até de sua própria organização, como bem coloca Krenak (2018), o indígena teve que lutar contra o estigma marcado para o destino comum, que era de todos os índios irem para o final da fila dos desapropriados.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; CRUZ DA CUNHA, L. V. F.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (eds.) *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*. Springer Protocols Handbooks. 2014. 480p. NETTO, A. L.; MARQUES, J. *Ecologia Humana em Ambientes de montanha*. Paulo Afonso: Editora SABEH, 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CATALÃO, V. et al. *Educação e Ecologia Humana: Uma Epistemologia para a Educação Ambiental*. *Ambiente & Educação*. Vol. 14(2), 2009.

ERICKSON, F. Prefácio. In: COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de (Orgs). *Cenas de sala de aula*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

FALKEMBACH, E. M. F. *Diário de campo: um instrumento de reflexão*. In: *Contexto e educação*. Ijuí, RS Vol. 2, n. 7 (jul./set. 1987), p. 19-24.

GOMES, K. M. R. *Práticas de escrita das professoras Truká na Ilha de Assunção*. 2014. 178 f. *Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural)*. Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2014.

HOLSTI, O. Content analysis for the social sciences and humanities. Boston, Estados Unidos da América: Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

HUNTINGTON, H. P. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. *Ecological Applications* 10(5): 1270-1274. 2000.

KRENAK, A. A Potência do Sujeito Coletivo – Parte I. [Entrevista concedida a] Júlia Sá Earp. *Revista Periferias*, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 01 – 21, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

MAHER, T. J. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Benzi Donizete Luís (Org). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Coleção Educação para Todos. 2006.

MELLO, L. C. *Antropologia Cultural. Iniciação, teoria e temas*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil, 1996.

PPP PROFESSORAS TRUKÁ. *Projeto Político Pedagógico: O jeito de ser da nossa Educação Indígena*. Ilha da Assunção. 2009-2011.

SANTOS, C. A. B.; ALBUQUERQUE, U. P.; SOUTO, W. M. S. and ALVES, R. R. N. Assessing the Effects of Indigenous Migration on Zootherapeutic Practices in the Semiarid Region of Brazil. *PLoS ONE* 11(1): e0146657. Doi:10.1371/journal.pone.014665, 2016.

SANTOS, K. S. S.; SANTOS, C. A. B. Ethnoichthyology of artisanal fishers from Nossa Senhora Island in the Lower middle part of the São Francisco river. *International Journal of Development Research*, v. 08, n. 10, pp. 2345623461, 2018.



**ESTAMPAS ECOLÓGICAS: ESPIRITUALIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS POVOS QUILOMBOLAS  
NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

DOI: [10.29327/127718.1-4](https://doi.org/10.29327/127718.1-4)

Categoria do Trabalho – Projeto de tese

***Maria Aparecida Ventura Brandão***

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, Juazeiro-BA, [aparecida.brandao@upe.br](mailto:aparecida.brandao@upe.br)*

***Carlos Alberto Batista dos Santos*** (Orientador)

*Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE)- Docente da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, DTCS/UNEB, [cabsantos@uneb.br](mailto:cabsantos@uneb.br)*

***Wbaneide Martins de Andrade*** (Co-Orientadora)

*Dra. em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE)- Docente da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH VIII/UNEB, [wandrade@uneb.br](mailto:wandrade@uneb.br)*

**RESUMO**

A reflexão que buscaremos desenvolver nesta pesquisa traz, como fundamento, a temática das vivências espirituais, de memória, de identidade e culturais dos povos ou comunidades quilombolas do semiárido do Nordeste Brasileiro, mais especificamente localizadas nos estados de Pernambuco (Ilha do Massangano - Município de Petrolina) e da Bahia (Laje dos Negos - Município de Campo Formoso). Assim posto, essa proposta de pesquisa tem como objetivo principal caracterizar as expressões culturais entre os povos quilombolas residentes no semiárido brasileiro, bem como comparar as tradições que esses grupos quilombolas vivenciam em ambientes diferentes, mas que tiveram origem comum. Também serão investigados os aspectos sociais e conservacionistas de tais atividades sobre a biodiversidade local. Testaremos a hipótese de que as Comunidades tradicionais

que habitam esses locais ajustaram suas práticas culturais religiosas ao ambiente físico, estabelecendo significativas diferenças culturais resultantes da redução do contato com outras sociedades humanas. Como procedimento metodológico recorreremos a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, observação direta e acompanhamento das práticas culturais e espirituais e conversas informais. Para isso será utilizada a técnica denominada bola de neve (*Snowball*). Esperamos que os resultados desta pesquisa acenem para a condição de contribuir com a possibilidade de apresentar respostas, não somente em termos de observações detalhadas das localidades estudadas e seus recursos particulares, mas, também, em termos de filosofias e métodos de adquirir e comunicar que os conhecimentos e práticas de tais comunidades possam enriquecer nossas vidas e nos ajudar a ter melhor relação conosco mesmos e com nosso planeta.

**Palavras-chave:** Quilombos e Cultura; Quilombos e religiosidade; Quilombos e Memória; Quilombos e identidade.

## INTRODUÇÃO

O estudo será fundamentado pela teoria ecológica da biogeografia de ilhas, que se constitui como a mais abrangente e multidisciplinar área das ciências biológicas. A biogeografia de ilhas ou, apenas, biogeografia compreende os padrões gerais de distribuição das espécies, a relação da biota com suas áreas de distribuição e própria relação com outras áreas.

A realização deste estudo em duas áreas distintas e distantes, de regionalidades e comunidades diferenciadas, uma insular e outra não-insular, contudo, compostas por povos quilombolas, nos permite investigá-las, sob a ancora da biogeografia.

Conforme (GILLUNG, 2011), a biogeografia é a ciência que estuda a distribuição geográfica dos seres vivos no espaço através do tempo, com o objetivo de entender os padrões de organização espacial dos organismos e os processos que resultaram em tais padrões. Nessa ampla ambiência serão estudados de forma relacional os contextos advindos de outras áreas do conhecimento, tais como a geologia, a geografia, a ecologia, a antropologia, a sociologia, a economia, a legislação e a história.

Assim posto, as expressões culturais pensadas por (CLAXTON, 1994) abarcam todas as expressões produtivas do ser humano, tecnológicas, econômicas, artísticas e domésticas, podendo ser defendida como uma interpretação global da natureza.

A pertinência e adequação entre as categorias ou eixos que adentrarão o universo a ser pesquisado não devem aparecer estanques ou isoladas. São categorias intrínsecas, contudo, apesar do processo de imbricação entre essas categorias, vale ressaltar quais são os sentidos que assumem as demais categorias desta pesquisa com o intuito de melhor compor o problema gerativo

do estudo. No âmbito da identidade (HALL, 2014), diz utilizar o termo para marcar pontos de encontro e de sutura entre nossos discursos e práticas onde eles nos interpelam, nos falam ou nos conclamam para assumirmos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares, o que promove subjetividades e que nos determinam como sujeitos aos quais se pode “falar”.

A formação identitária chega-nos por meio dos estudos de (HALL, 2014) ao salientar que as identidades dos sujeitos se reconstroem e agregam, reconstroem novas percepções num dinamismo híbrido. Passamos por esse viés a visualizar, também, o desafio de pensar em identidade como processos que estão em constante (re) construção e são compostos por diferentes olhares, em distintos tempos e espaços. O próprio (HALL, 2014) revela-nos em seus estudos que o termo identidade por ele utilizado traz o sentido de mobilizar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”.

Tendo em vista a presença das categorias acima, o estudo evoca, também, a constituição da memória coletiva. Historicamente, a memória de um povo projeta-se e desdobra-se por diversas estratégias. Uma dessas estratégias e recursos, talvez a mais apropriada, diz respeito à tradição oral de transmissão dos saberes e práticas culturais. Por essas vias, a memória se materializa em símbolos, objetos e rituais das tradições orais que prevaleciam nos meios rurais e entre os grupos mais pobres da população. Segundo (CANDAUI, 2011), a memória atua sobre nós e atuamos sobre ela, numa dialética em que a memória e a identidade, conjuntamente produzem desde uma narrativa, a uma trajetória de vida, refletindo os mitos e história de um povo.

Para o desenvolvimento do estudo, portanto, serão considerados fatores que envolvam o inter-relacionamento entre as ciências sociais e os aspectos religiosos, identitários, de memória e cultural, numa dimensão de natureza e proporção dialógicas entre tudo e todos os elementos que apontem para os valores e fenômenos a serem descobertos e descritos.

No desenvolver da pesquisa, pretendemos responder a uma série de perguntas, tais como: i) como a coesão social expressa pelas vivências culturais, simbólicas, míticas e religiosas associam-se em comunidades tradicionais e se mantem protegidas de influências externas? ii) Como isso ocorre? iii) Há uma diferença significativa entre as expressões religiosas dos quilombolas em ilhas dos quilombos continentais, objetos desse estudo? iv) As expressões religiosas geram impactos negativos na biodiversidade local? Quais as mais impactantes? v) Quais as estratégias da comunidade para manutenção de suas expressões? vi) Quais são as mais valorizadas localmente e por que? vii) Quais são as expressões culturais com execução mais frequente? viii) Qual a influência de fatores como renda, escolaridade ou idade na participação e conhecimento das expressões culturais? e finalmente, ix)

ocorrem variações nas expressões culturais religiosas desse grupo humano quando comparados a outros grupos quilombolas no semiárido e a grupos quilombolas de outras regiões do país?

Para responder a essas questões, a pesquisa pretende documentar e caracterizar as expressões culturais e o contexto sociocultural em que estas acontecem em comunidades quilombolas, residentes no semiárido nordestino, e analisar a hipótese de que as Comunidades tradicionais que habitam esses locais ajustaram suas práticas culturais religiosas ao ambiente físico, estabelecendo significativas diferenças culturais resultantes da redução do contato com outras sociedades humanas.

Com efeito, o propósito do estudo volta-se, sobretudo, para a caracterização das expressões culturais, dos aspectos sociais e conservacionistas que atuam sobre a biodiversidade local entre os povos quilombolas residentes no semiárido nordestino nos estados de Bahia e Pernambuco, no sentido de comparar a tradição de grupos quilombolas que, atualmente, habitam ambientes diferentes, mas que tiveram origem étnica, política e social comuns.

## MÉTODO

Este estudo, estará ancorado nos princípios da antropologia – área de grande relevância para o estudo das ciências sociais e humanas no Brasil. Para obtenção dos dados, serão visitadas as comunidades da Ilha do Massangano/PE e Laje dos Negros/BA.

A amostragem será não-aleatória intencional, na qual serão pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE et al, 2010). Para isso será utilizada a técnica denominada bola de neve (*Snowball*) descrita por (BAILEY,1994) e que conforme (BALDIN; MUNHOZ, 2011) funciona como uma ferramenta para pesquisas e Educação Ambiental aplicadas em comunidades, onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes de sua rede de convívio. Serão entrevistados líderes religiosos, lideranças comunitárias, líderes dos grupos culturais, além de participantes desses mesmos grupos.

As informações sobre o conhecimento e a participação local em grupos culturais, serão obtidas por meios de questionários semiestruturados, completados por entrevistas livres e conversas informais (MELLO, 1996, HUNTINGTON, 2000). Realizar-se-á a confirmação das informações obtidas nas entrevistas, em situações sincrônicas quando a mesma pergunta será feita a pessoas diferentes, em tempo bastante próximo (MARQUES, 1991; ALVES et al., 2007b; ROCHA et al., 2008).

Para a realização desta investigação, serão considerados os estudos de Marques (2006, 2012, 2014); Marques e Silva (2014); Aquino (2004); Nóbrega (2017); Boff (2008); Bloch (1996; Candau (1996); Claxton (1994); Bauman (1996); Hall (2003); Santos (2006); entre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esperamos, com este estudo, agregar novos conhecimentos no âmbito da ecologia humana e seus sentidos relacional e de interação entre todos os seres vivos e não vivos e tudo o que existir, rompendo, assim, com o paradigma tradicional que defende o termo ecologia humana unilateralmente como instrumento de preservação do meio ambiente, sem nenhuma relação com a vida em geral, a religião, a memória, a identidade, a cultura, arte etc. Esperamos, ainda, apresentar os sentidos produzidos pelas práticas culturais e espirituais na comunidade, demonstrando como essas práticas mantem-se protegidas de influências externas.

No que concerne aos locais a serem investigados, esperamos apresentar-lhes os resultados alcançados pelo estudo, dando ênfase a tudo o que se relaciona às suas práticas e experiências vividas e vivas, acentuando a importância de suas organizações como comunidades e como sociedade para em seu entorno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando por respostas e soluções para o dilema ecológico que temos: perda da biodiversidade, degradação do meio ambiente, perda da identidade, da espiritualidade, da memória e da cultura das comunidades tradicionais, hoje entendidos e aceitos como elementos que compõem a grande teia da ecologia humana, é importante respeitar, reconhecer e aplicar a forma como a ampla participação e colaboração de moradores locais conservam suas socio biodiversidades tanto culturais quanto ambientais.

Eles são bons modelos de interagir no meio ambiente e de promover a tomada de decisão de forma ética e efetiva. Cientistas e não cientistas estão procurando por uma compreensão melhor do funcionamento dos ecossistemas e de como podemos cuidá-lo, destacando que a partir das práticas culturais é possível manter um condizente fator de conservação do meio ambiente, a partir da maneira como as comunidades tradicionais resistem e conservam suas experiências nas dimensões da memória, da identidade e da espiritualidade.

Informantes que vivenciam culturas locais podem apresentar respostas, não somente em termos de observações detalhadas de sua localidade e de recursos particulares, mas também, em termos de filosofias e métodos de adquirir e comunicar que tais conhecimentos e práticas podem enriquecer nossas vidas e nos ajudar a ter melhor relação conosco mesmos e com nosso planeta.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. ; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Ed.). **Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos**. Recife: NUPEEA/Livro Rápido, 2010. p. 39-64.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. Métodos e técnicas

BAILEY, K. **Methods of social research**. 4 ed. New York: The Free Press. 1994. 588p.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Sonwball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná- Curitiba, 2011

CANDAU, J. Tradução Maria Letícia Ferreira. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto, 2016.

CLAXTON, Mervyn. **Cultura y desarrollo**. Estúdio Paris: UNESCO, 1994.

GILLUNG, J. P. **Biogeografia**: a história da vida na terra in Revista da Biologia (2011) Vol. Esp. Biogeografia: 1-5.

HALL, S. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MARQUES, J. (Org) **Ecologias do Rio São Francisco**. Copyrigt, 2006.

MELLO, L. C. 1996. **Antropologia Cultural. Iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes



**EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E O ENSINO DE JOVENS INDÍGENAS**

DOI: [10.29327/127718.1-5](https://doi.org/10.29327/127718.1-5)

Categoria do Trabalho – Dissertação

**Sandra Valéria Silva Lins**

Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), [sandravlines@hotmail.com](mailto:sandravlines@hotmail.com)

**RESUMO**

Esta dissertação surgiu da necessidade de perceber os avanços e os entraves da proposta desenvolvida pelos municípios e do intuito de adentrar nas minúcias que compõem o processo formativo continuado e em particular as discussões sobre educação contextualizada, constituindo-se como eixo central das discussões propostas nesta pesquisa. Pretende-se com o estudo apropriar-se da política municipal de formação continuada e do fazer docente ocupando-se de perceber os desdobramentos dessa ação junto aos jovens estudantes e dessa maneira, enveredar pelas discussões de escolarização indígena, levando-se em conta a presença de elementos que engendram a lógica da cidade em detrimento da cultura indígena, uma vez considerada que, a formação desenvolvida, não preenche as necessidades específicas para que a força de trabalho dos jovens que vivem no campo possa ser canalizada para esse ambiente, ocorrendo um processo inverso que gera conflitos quanto à construção dos percursos formativos desses sujeitos e à contribuição com a sua constituição identitária no campo.

**Palavras-Chave:** Educação Escolar Indígena; Povos indígenas do Nordeste; processos formativos.

## INTRODUÇÃO

As diversas ações realizadas no intuito de pensar a formação dos educadores de forma a contemplar os aspectos dos diversos contextos que se apresentam na realidade local (áreas de caatinga; áreas irrigadas; a instalação de indústrias; vinculando-a aos processos globalizantes, provoca uma inquietação quanto à execução da proposta e sua vinculação com o processo de aprendizagem dos alunos, de maneira particular os jovens que estão localizados na comunidade indígena Tumbalalá.

O fato da rede municipal implantar em todas as escolas uma nova perspectiva político-metodológica e os impactos dessa ação no fazer docente e no seu processo formativo continuado tornam-se desafios constantes. Sendo assim, a formação docente aponta para a questão das atividades de sala de aula e as atividades de campo como um dos aspectos mais significativos para a aprendizagem dos alunos, uma vez que faz relação direta com o seu ambiente de convivência e as tarefas que já realizam junto à sua família.

Essas atividades desenvolvidas na aula, somente reforçam a pertinência da contextualização do ensino e a necessidade de se pensar processos significativos para os agentes envolvidos na ação formativa.

A partir dessas constatações, apresentamos como problema desta proposta de pesquisa o conjunto de questões: i) Quais os fundamentos norteadores da EEI? ii) A formação continuada de professores possibilita a contextualização do ensino? iii) Qual o desdobramento desse processo na formação dos jovens? iv) como a EEI participa do processo de significação cultural indígena da nação Tumbalalá da aldeia Pambú?

Este estudo tem como objetivo Analisar a Educação Escolar Indígena (EEI) na perspectiva de compreender os moldes do processo de ensino-aprendizagem atuais na Escolas da etnia Tumbalalá aldeia de Pambú município de Abaré estado da Bahia. Além disso pretende-se conhecer e avaliar a organicidade do processo de formação continuada de professores indígenas da Aldeia Pambú da etnia Tumbalalá, identificar os desdobramentos e aplicabilidades dos elementos da Educação Escolar Indígena na prática docente do professor das escolas indígenas Tumbalalá e discutir a vinculação da prática docente a partir dos princípios da contextualização e da formação continuada na significação do ensino para os jovens indígenas.

## METODOLOGIA

Nosso objeto de estudo localiza-se no município de Abaré – BA, região que encontramos os índios da etnia Tumbalalá, que tem sua história sua história é norteada por lutas e grandes desafios

para o fortalecimento da sua cultura e identidade. Tais desafios corroboram a importância da formação continuada dos professores indígenas, pois em sua grande maioria a formação permeia somente até magistério indígena.

O caminho metodológico deste trabalho de pesquisa tem seus lastros na pesquisa qualitativa, uma vez que tem como objeto o desvelamento de um fenômeno social e encara como principal desafio a construção de um conjunto de saberes implicados na vivência pedagógica e social de educadores indígenas. Sendo assim a Fenomenologia toma corpo na composição do método sob o qual a pesquisa se constitui. Segundo Macedo (2004, p. 47) “para a fenomenologia, a realidade é o compreendido, o interpretado e o comunicado. Não havendo uma só realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações, a realidade é perspectiva”.

O autor considera ainda que a fenomenologia se faz com uma prática científica e rigorosa de conhecer a realidade. Parte-se inicialmente da perspectiva de tratar o objeto de estudo como elemento que está em constante mudança na realidade investigada, não fornecendo dados prontos e acabados, tornando-se dessa maneira um grande desafio para a pesquisa, no qual acredita-se pode construir interpretações e compressões possíveis do objeto por intermédio da análise dos elementos subjetivos e intersubjetivos em que a pesquisa qualitativa e fenomenológica possibilita.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Atualmente, torna-se inconcebível traçar estratégias educativas sem considerar a formação dos professores. Neste contexto, investigações sobre a Educação Escolar Indígena, por exemplo, contribuem para que a cultura indígena seja devidamente valorizada do ponto de vista econômico e social.

Espera-se que esta investigação estimule e promova ações que envolvam as populações locais no processo de ressignificação dos processos formativos com vistas à manutenção da sua cultura, fornecendo subsídios sobre o conhecimento das expressões culturais locais, para serem utilizados na construção participativa de planos de educação escolar indígena.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a legislação hodierna é garantidora do direito indígena a uma educação diferenciada e intercultural, assegurando-lhes uma educação que contextualize seus conhecimentos integrando-o ao conhecimento formal, houve um avanço significativo quanto ao processo educacional indígena.

No contexto atual, identificamos um número razoável de escolas indígenas, e o compromisso do estado da Bahia na efetivação desses direitos, contudo, muito ainda a ser feito, especialmente ouvir as demandas indígenas, no que concerne a sua educação formal, a forma de administração, a capacitação de seus professores indígenas, a fim de que a influência de outra cultura, não acabe sobrepujando seus conhecimentos e valores.

#### REFERÊNCIAS

MACEDO, R. S. **A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.



**III Seminário do Grupo de Pesquisa em  
Etnobiologia e Conservação da Natureza**

**Comunidades Tradicionais, Usos e  
Conservação da Biodiversidade**

**27 e 28 de novembro de 2020 / Juazeiro, Bahia**

**CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BAIANO**

DOI: [10.29327/127718.1-6](https://doi.org/10.29327/127718.1-6)

Categoria do Trabalho – Projeto de Dissertação

**Deise Cristiane do Nascimento**

*Mestra em Ecologia Humana e Gestão Sociambiental – PPGecoH, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Juazeiro, Bahia, Brasil, [deisecn@hotmail.com](mailto:deisecn@hotmail.com)*

**Maria Herbênia Lima Cruz Santos** (Orientadora)

*Doutora em Agronomia Horticultura (UNESP). Programa de Pós Graduação em Ecologia Humana e Gestão Sociambiental – PPGecoH, Campus III, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Juazeiro, Bahia, Brasil, [mhlsantos@uneb.br](mailto:mhlsantos@uneb.br)*

**RESUMO**

O artigo se propõe a caracterizar as transformações ocorridas na agricultura familiar, examinando os aspectos sociais, econômicos e políticos no Semiárido Baiano. Tendo como eixo central a afirmação de que mundo rural permanece uma categoria importante para a análise das relações entre as classes sociais. Para tanto, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o tema. Na efetivação deste estudo optou-se pela adoção do método materialismo dialético, pois a região do semiárido é parte de um conjunto que se materializa nas relações sociais, econômicas e políticas, influenciando o meio e recebendo influência. Ainda, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, realizou-se a análise quantitativa comparando os estabelecimentos pertencentes às categorias agricultura familiar e agricultura não familiar. Por fim, acredita-se que este estudo possa vir a colaborar para compreensão das características da agricultura familiar e instigar a busca por ações e políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades do modo de vida dos agricultores.

**Palavras-chave:** rural; desenvolvimento desigual; políticas públicas; semiárido

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo que é a proprietária dos meios de produção. Mesmo sendo moderno, o agricultor familiar, mantém traços camponeses, pois enfrenta os mesmos problemas em um cenário contemporâneo e na maioria dos casos conta com sua força de trabalho (WANDERLEY, 2003). Acredita-se que a forma como as famílias se relaciona com a produção e o trabalho, os diferenciam socialmente de outros modelos de produção, no mundo rural.

A partir da década de 1990, o mundo rural passou a ser amplamente discutida no Brasil, permitindo a agricultura familiar uma compreensão da sua realidade como modelo de organização da unidade de produção agrícola e identidade social de grupo heterogêneo, com particularidades culturais e ecológicas. As mudanças econômicas e políticas no cenário mundial, assim como a articulação dos movimentos sociais representaram espaços de discussão importantes para o avanço da agricultura familiar no cenário nacional (WANDERLEY *et al*, 2001). Assim, surge a questão que norteia esse estudo, em razão das transformações ocorridas na agricultura familiar, quais as características sociais, econômicas e políticas semiárido baiano?

Os efeitos dessas transformações no território do semiárido baiano assumiram diferentes proporções. A política agrícola do Estado projetada na reestruturação produtiva do capital realizou inversões na construção da infraestrutura de perímetros irrigados. Os projetos públicos agrícolas promoveram o dinamismo regional, criando polo de desenvolvimento. Por outro lado, a política pública da irrigação penalizou e excluiu os agricultores familiares que não foram contemplados, subordinando-os ao sistema de reprodução ampliada do capital. Em um sentido mais amplo, a opção política intensificou o uso dos recursos naturais promovendo um desenvolvimento desigual que se agrava nos períodos de seca (DOURADO, 2014).

Apesar disso, a agricultura familiar continua a existir e a resistir, construindo alternativas que torne sustentável sua permanência nesses espaços, através do desenvolvimento de estratégias que possam viabilizar e diversificar as atividades produtivas ligadas a agricultura de subsistência, de comercialização, e atividades não agrícolas (ASA, 2020). Em vista disso, o artigo se propõe a caracterizar as transformações ocorridas na agricultura familiar, examinando os aspectos sociais, econômicos e políticos no Semiárido Baiano.

## MÉTODO

O método adotado no âmbito da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, para Netto (2011, p. 20) “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto de pesquisa, de sua estrutura

e dinâmica, na sua existência real e efetiva”. O método privilegia as relações sociais estabelecidas na produção material. Através das informações históricas é possível identificar as transformações das relações sociais. A partir das contradições das relações sociais surgem novas formas de sociabilidade. A história da sociedade é a história da luta de classes antagônicas presente no modo de produção capitalista. A premissa central perpassa pela compreensão e a explicação dos fatos na prática.

O estudo contou com uma revisão que abordou as temáticas sobre agricultura familiar e não familiar, desenvolvimento econômico e social. Os dados foram verificados qualitativamente por meio da análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) é uma técnica de pesquisa utilizada para fazer inferências válidas e reprodutíveis de dados, dentro de seus contextos. Foram, também, utilizados neste estudo dados quantitativos oriundos do Censo Agropecuário de 2017, resultados definitivos publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo assim, foi possível extrair informações quantitativas sobre o número de estabelecimentos, área, pessoas ocupadas, valor bruto da produção.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Semiárido Brasileiro possui aproximadamente 982.563,3 km<sup>2</sup>, parte dessa área encontra-se localizada no estado de Minas Gerais em torno de 10,5%, isto é, 103.589,96 km<sup>2</sup>, a maior concentração de terras, 89,5%, pertence a região Nordeste distribuído entre seus estados com exceção do Maranhão. A primeira delimitação ocorreu através da Lei 7.827 (BRASIL, 1989). Sendo a mais recente delimitação da área realizada através da Resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Com aproximadamente 27 milhões de habitantes, cerca de 12% da população brasileira, está distribuída em 1.262 municípios, sendo 278 baianos. Segundo a delimitação do semiárido brasileiro, estão inseridos os municípios com precipitação média anual igual ou inferior a 800 mm, com índice de aridez de até 0,5, e risco de seca maior que 60%, de acordo com o período de 1970 a 1990 (SUDENE, 2018).

A região do semiárido baiano não é homogênea, possui diversidades naturais, biológicas e sociais, assim como características econômicas distintas. O semiárido ocupa aproximadamente 78,6% do território total da Bahia e concentra 48% da população, contribui com 50% da produção agrícola. No entanto, a população na área rural (11,9%) vive em condições de extrema pobreza, ou seja, com renda inferior a US\$ 1.90 por dia. O índice de Gini ficou em torno de 0,471 na área rural, população em situação de trabalho infantil acentua-se por faixa etária (14 – 15) e (16 – 17) respectivamente 27% e 37, 2%, de acordo com Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2015).



“A ação do poder central no semiárido baiano restringe-se a políticas compensatórias de transferências de renda” (PERES; SANTOS, 2014, p. 2). As políticas de transferência de renda contribuem para minimizar os efeitos da pobreza extrema, porém são medidas assistencialistas que buscam mitigar o problema, mas não resolver. No entanto, são as políticas estruturalistas que possibilitam atenuar a desigualdade de renda (inclusão/trabalho digno) e a distribuição da posse da terra (reforma agrária). Nesse contexto de políticas pontuais imediatistas oriundas da inércia institucional resultou, ao longo do tempo, uma sociabilidade marcada pela violência política, pelo coronelismo através do controle dos meios de produção, político, econômico e social, além do clientelismo.

As ações podem ser vistas na formação histórica e econômica do semiárido baiano, nos períodos de estiagem foram desenvolvidas políticas públicas ancoradas na problemática da seca. Em 1904, o governo criou uma dotação orçamentária seguida de três comissões: “a de açudes e irrigação, a de estudos de obras contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços”, segundo Suassuna (2007, p. 136). A primeira comissão a iniciar os trabalhos foi a de obras contra a seca, em outubro de 1909. Apenas uma permaneceu, a de açudes e irrigação, as demais não apresentaram ações satisfatórias, acentuando os problemas relativos às questões sociais e ambientais.

Prado Júnior (2014, p. 89) destaca que ações que visam o amparo à produção, com a finalidade de promover o “[...] desenvolvimento econômico, mas orientadas unicamente por considerações de ordem tecnológica e econômica geral, podem reverter afinal, [...]” em privilegiar um reduzido grupo, ou seja, “[...]os grandes proprietários da região, sem tocar em fatores essenciais responsáveis pelo subdesenvolvimento da região que se pretende erradicar, e que é o baixo nível de vida de uma população reduzida praticamente ao mínimo da subsistência [...]”.

Nas ideias de Sen (2018), as imperfeições das ações do Estado na organização da sociedade ampliaram o fosso da desigualdade. A justiça e a igualdade são fundamentais para promover a expansão das liberdades políticas, das oportunidades sociais, das garantias de transparências e da segurança protetora. Dentre as formas de privação de liberdade, está a fome, a subnutrição que pode afetar numerosos seres humanos. A carência do acesso a serviço de saúde, saneamento básico e água tratada.

A visto disso, Conti e Pontel (2013) acenam para possíveis alternativas que surgiram na primeira metade do século XX com a articulação dos trabalhadores rurais e suas organizações que demandaram políticas agrária e agrícola permanentes em torno da convivência com o semiárido com princípios na sustentabilidade, eficiência tecnológica, racionalidade produtiva. Programas e ações executados pelo governo de forma que o trabalhador e pequeno produtor rural fosse beneficiado,

corrigindo de certa forma as distorções estruturais e seculares que perpetuaram a pobreza e a miséria rural.

Diniz e Piraux (2011, p. 233) destacam que a convivência com o semiárido se caracteriza por uma “perspectiva cultural orientadora de processos emancipatórios, de expansão das capacidades criativas e criadoras da população da região”. Ou seja, uma orientação estratégica que venha a modificar a realidade, convivendo com as especificidades ambientais.

A produção e a estocagem de bens em períodos chuvosos para serem utilizados em momentos de escassez hídrica, tecnologias sociais que viabilizem o acesso à água, o armazenamento de sementes. Construídas com a participação da sociedade, em harmonia com a sua cultura e seu conhecimento tradicional, potencializando as condições para produção e priorizando o uso sustentável dos recursos naturais (ASA, 2020).

No semiárido baiano há uma desigualdade fundiária, em razão de existir uma grande proporção da área total ocupada por uma pequena proporção de estabelecimentos (HOFFMANN; NEY, 2010). Essa realidade é perceptível quando se compara a área ocupada por produtores não familiares e dos familiares, a partir dos dados da Tabela 1. Inicialmente deve-se perceber o contraste entre o número de estabelecimentos enquadrados como agricultura familiar e a área ocupada por esses estabelecimentos e a equivalência desses números para a agricultura não familiar.

Enquanto 78% dos estabelecimentos agropecuários foram delimitados no perfil da agricultura familiar e detinham uma área 38%, os outros 22% foram enquadrados como não familiar e aglomeraram uma área que corresponde a 62%, o que demonstra uma considerável concentração fundiária. Estes últimos apresentam área média de 98,12 ha, o que corresponde a seis vezes o tamanho da área produtiva familiar.

Tabela 1. Características dos estabelecimentos agropecuários do Semiárido Baiano, segundo a classificação agricultura familiar e não familiar (2017).

Caraterísticas	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	462.684	78%	128.712	22%
Área (ha)	7.678.785	38%	12.630.503	62%
Pessoas Ocupadas	1.185.363	74%	410.578	26%
Valor Bruto da Produção	3.679.770	33%	7.567.585	67%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017)

Os produtores familiares empregavam 74% da força de trabalho dos estabelecimentos agropecuários, com valor bruto da produção de 33% do total da atividade e PmeL<sup>1</sup> 3,10. As

<sup>1</sup> A produtividade média do trabalho é o produto total dividido pela quantidade total do insumo trabalho

desigualdades permanecem quando se analisa as diferenças entre homens e mulheres na condição de agricultor familiar e produtor em relação às terras, respectivamente (74% e 26%) do número de estabelecimentos. Em número menor as mulheres desempenham um papel importante no campo da produção, são precursoras dentro da unidade familiar, assumindo desafios de começar algo novo. A resiliência da agricultura familiar em relação as questões sociais e econômicas enfrentadas modificaram sua dinâmica diante do imposto modelo desenvolvimentista, o qual beneficiou uma agricultura moderna, sem olhar as questões culturais e ambientais. Os agricultores familiares demonstraram que geram mais emprego, estão em maior número de unidade produtivas, e contribuem de forma significativa para a composição do volume total produzido.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar vista como um sistema composto de um conjunto de elementos em interação entre si e com o meio externo, contribui no aspecto social e econômico, gerando empregos e renda. De um modo geral, a agricultura familiar absorve maior número de pessoas ocupadas, o que viabiliza o crescimento na geração de empregos e renda. A relação com a terra é valorizada por ser seu lugar de vida, no sentido de priorizar a sustentabilidade do meio ambiente. O agricultor familiar não visa sobrecarregar o meio exaurindo a terra, por conta disso e do acesso a outras variáveis a PmeL é menor quando se compara com a agricultura patronal, em razão do acesso e uso de tecnológicas de maior capital. Por outro lado, a agricultura patronal consolidada com o processo da irrigação e as modificações das relações sociais tornou essa atividade rentável para os donos do capital.

Com efeito, as ações do Estado acentuaram o antagonismo social, os investimentos realizados criaram distorções em relação ao acesso à terra e a água, uma realidade que se tornou obstáculo para o desenvolvimento do meio rural. O processo de modernização da agricultura é desigual, contraditório e provocou a concentração fundiária. A contribuição da agricultura familiar é inquestionável para a sociedade, a articulação com a convivência do semiárido colocou em pauta a discussão para um modelo que seja mais justo, tenha como princípio o respeito, e atenuar as disparidades, levando em consideração a cultura, a valorização da experiência e do conhecimento dos agricultores. Na articulação desses trabalhadores que foram buscar ações permanentes do Estado para fomentar o desenvolvimento.

---

(PINDYCK; RUBINFELD,). Como variável *proxy* utilizou-se o valor bruto da produção da agropecuária representa uma estimativa da geração de renda do meio rural. 2013

## REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA. **Sobre Nós – História**. Disponível em:

<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CONTI, I. L.; PONTELL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. Luiz; SCHROEDER, E. O. (org.) *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Editora IABS. Brasília-DF, 2013.

DINIZ, P. C. O.; PIRAUX, M. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de experimentalismo institucional no semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 26, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1457>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

DOURADO, J. A. L. Projetos desenvolvimentistas nas terras do sem-fim: Expansão do agronegócio e precarização do trabalho no semiárido baiano. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 1, p. 7-23, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140101>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010. p. 45-64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario>. Acesso em: 01 ago. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

PERES, M. A. C.; SANTOS, A. R. Um movimento social do semiárido? A articulação do semiárido brasileiro entre a sustentabilidade e a reforma agrária. **XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**, Natal – RN, 2014. Disponível em: <https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmV/control/DocumentoControle.php?oper=download&cod=1090>. Acesso em: 15 de nov. 2020.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson, 8ªed. São Paulo, 2013.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SUASSUNA, J. Semiárido: proposta de convivência com a seca. **Cadernos de estudos sociais**, v. 23, n. 1-2, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **SEI – Região Semiárida**.

Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

[SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE](#) - SUDENE **Delimitação do semiárido**.

Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/projetos-e-iniciativas/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 01 de set. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. *et al*. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 31-44, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 01 de set. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2020.



## A INCLUSÃO DAS MULHERES DA BARRINHA DA CONCEIÇÃO NO MUNDO DE TRABALHO

DOI: [10.29327/127718.1-7](https://doi.org/10.29327/127718.1-7)

Categoria do Trabalho – Projeto de Dissertação

**Dinoelma da Silva Moura**

Geógrafa. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). [dinoelmamoura@gmail.com](mailto:dinoelmamoura@gmail.com)

**Cristiana de Cerqueira Silva Santana** (Orientadora)

Doutora em Geologia (UFBA), Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – **PPGEcoH**, Campus III, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Juazeiro, Bahia, Brasil. [ccsilva@uneb.br](mailto:ccsilva@uneb.br)

### RESUMO

A comunidade da Barrinha da Conceição nasce, segundo relato da matriarca, de dois negros que fugiram do bando de Lampião das redondezas de Canudos e foram parar nas margens direita do Rio São Francisco, lugar possível de viver distante do cangaço e com o meio ambiente favorável. A Identidade construída segundo um conjunto de valores, tradições e símbolos comuns, a ser identificados como remanescente de quilombolas, religiosos dos costumes da época, que lutam para manter suas tradições e poderiam se tornar instrumento de negociação estrategicamente para aplicação de políticas públicas para a melhoria de suas vidas. Significativamente, nos relatos, é visível o propósito de identificar sua origem, seus fundadores, que legitima na sua longevidade e historicidade a ocupação e posse daquelas terras. Os problemas ambientais, também fazem parte da realidade da comunidade. As mulheres são elementos significantes na construção identitária da comunidade e são dimensões simbólicas de pertence do grupo também na conscientização do espaço que ocupam. A associação é liderada por uma jovem mulher, todos os moradores são ligados por relações de parentescos e a matriarca da comunidade é a referência para a comunidade. Essa pesquisa pretende

investigar a participação efetiva das mulheres no mundo do trabalho e a influência na economia da comunidade e suas implicações.

**Palavras-chave:** Mulher, Comunidade, Identidade, Mundo do Trabalho

## INTRODUÇÃO

Padrões de discriminação, desigualdade e violência podem ser atribuídos exclusivamente ao mau desempenho das leis ou das políticas públicas adotadas uma vez que, na maioria das vezes, decorrem de padrões culturais e práticas sociais, cujas raízes devem ser investigadas nos ciclos históricos de longo curso (Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil, P.122)

No que diz respeito aos padrões de gênero e sexualidade, é preciso sublinhar a crescente individualização das sociedades e ampliação da autonomia pessoal, especialmente das mulheres. Transformações nos padrões de conjugalidade e família, autonomização da sexualidade ou separação entre sexualidade e reprodução, com impactos importantes sobre a fecundidade e desdobramentos no que se refere à contestação não apenas de padrões “tradicionais” de relações entre gêneros e de famílias, mas também da heteronormatividade compulsória. Essas mudanças, que são evidentes no contexto brasileiro, têm sido interpretadas por vários autores, entre eles o sociólogo sueco Goran Therborn (2006).

Como sinais contraditórios, mas persistentes, de declínio das estruturas patriarcais de ordenamento das relações privadas e mesmo da lógica que preside a dinâmica da esfera pública: A história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo. A primeira ruptura ocorreu em 1910, mediante ampla reforma consensual na Escandinávia e violenta revolução na Rússia. Para Alves e Corrêa (2016), a tomada comunista da Europa Oriental significou que os sinos lá também dobraram pelo patriarcado institucionalizado.

Sem ser implementada em curto prazo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU assinalou importante vitória global e constitucional contra o patriarcado. Finalmente, os anos que se seguiram a “1968”, e em particular por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada (THERBORN, 2006, p. 430).

Sem dúvida, os fatores que insuflaram essas transformações são múltiplos e complexos. Contudo, como lembram vários analistas que se debruçaram sobre esse fenômeno, a dimensão política e cultural é crucial e não pode ser inteiramente compreendida sem que se reconheçam os esforços

mobilizados pelas próprias mulheres para alterar as lógicas de dominação masculina e desigualdade que, durante séculos, caracterizaram as relações entre os gêneros, quer seja na esfera privada, quer seja no âmbito público (APPADURAI, 1996; CASTELLS, 1997; GIDDENS, 1992).

Em 2017, o IBAMA iniciou a execução de políticas para as famílias quilombolas no país com a publicação da Nota Técnica Conjunta INCRA/DF/DD/DT/2017, regulatória da Portaria INCRA nº 175/2016, que permite aos agricultores familiares remanescentes de quilombos cadastrados pelo instituto o acesso a algumas políticas de inclusão social e desenvolvimento produtivo do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A inserção do público quilombola como beneficiário da reforma agrária objetiva propiciar uma melhoria de vida para as famílias, que agora têm apoio para iniciar ou incrementar sua produção, além de contribuir para fazer a justiça social junto a essa parcela da população com a qual o país tem uma dívida histórica” (ARANTES, 2017).

Diante deste cenário rural esse projeto também tem caráter de intervenção com abordagem em raça se propondo a discutir os diferentes contextos e situações, das questões relacionadas à organização das mulheres em grupos produtivos e em grupos de formação política e assim reconhecer a mulher como trabalhadora rural e urbana de resistência nas suas terras, tanto no âmbito da família, como no espaço público, significando um rompimento de uma barreira histórica e cultural, construída a partir da divisão sexual do trabalho.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa será realizada na comunidade da Barrinha da Conceição do município de Juazeiro, na região do Submédio São Francisco, Estado da Bahia.

Os métodos de coleta de dados envolverão entrevistas com as mulheres da comunidade. Para seleção dos entrevistados, a amostragem será do tipo não-probabilística intencional na qual serão pré-definidos os entrevistados (SPATA, 2005; ALBUQUERQUE et al., 2014). Serão entrevistadas as moradoras da comunidade, com idade igual ou superior a 18 anos que estejam se inserindo ou já atuando no mundo do trabalho. As informações serão obtidas através de questionários semiestruturados, com uso de entrevistas livres e conversas informais (ALBUQUERQUE et al., 2014; HUNTINGTON, 2000).

Os dados serão analisados pelo modelo de união de diversas competências individuais, que consiste em considerar todas as informações obtidas nas entrevistas (HAYS, 1976).

Em respeito aos direitos de propriedade intelectual, serão apresentados os objetivos da pesquisa, ao início de cada entrevista quando será solicitada a permissão dos entrevistados para



registrar as informações através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e do termo de autorização para o uso de imagem. A autorização para o acesso ao conhecimento tradicional foi obtida a partir do Comitê de Ética em Pesquisa.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que as mulheres da comunidade se sintam motivadas a participar desta pesquisa, tendo em vista que a expectativa é mapear a participação das mulheres na comunidade da Barrinha da Conceição e onde trabalham e como sustentam suas famílias, e será socializado com a comunidade.

Em contribuição com o conhecimento científico relacionado à cultura tradicional e a importância das mulheres da comunidade da Barrinha da Conceição para a manutenção da comunidade nos aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais.

Com a realização do projeto de pesquisa, prevê a mudança de políticas locais de desenvolvimento local e inclusão social efetivamente, possibilitando mudanças de comportamento no trato para com as mulheres da comunidade da Barrinha da Conceição, pela secretaria responsável.

Acredita-se que os impactos sociais ou culturais nas comunidades, sejam positivos, de valorização da mão de obra das mulheres e reconhecimento da força de seu trabalho na renda familiar, sem ter alterada significativamente qualquer rotina doméstica e/ou prática cultural local em função da pesquisa e retorno para a comunidade, também não acreditamos em interferência nas relações familiares ou comunitárias como consequência desta pesquisa.

Para reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano aos participantes da pesquisa, a identidade de cada um será preservada, nenhum outro pesquisador terá acesso aos questionários com as informações fornecidas pelos informantes, e estes terão acesso a toda e qualquer produção acadêmica proveniente desse estudo, antes da publicação para revisão e concordância com as informações.

Como o projeto de pesquisa se propõe em um estudo amplo sobre as mulheres negras em busca de alternativas para superação de dificuldades enfrentadas na inclusão das mulheres no mundo do trabalho, essa pesquisa não implicará no desenvolvimento de potencial econômico, portanto não haverá repartição de benefícios econômicos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste projeto poderá contribuir imensamente com as comunidades quilombolas que tem buscado sua certificação junto ao Instituto Palmares, com as discussões acerca dos aspectos de conservação e degradação do ambiente ribeirinho, além de descrever e ressaltar o

modo de vida das mulheres nessas comunidades. Logo, o conhecimento desses dados é importante do ponto de vista socioeconômico e poderão subsidiar programas da Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Social – SEDIS, através da Gerência de Proteção Social Especial (GPSE), vinculada à Prefeitura Municipal de Juazeiro-Bahia, que poderá implementar projetos que busquem a equidade de gênero proporcionando a homens e mulheres do campo as mesmas oportunidades, mediante um conjunto de intervenções que fortaleçam as capacidade produtiva, social, econômica e política destas mulheres, garantindo dessa forma a apreensão de elementos conceituais que possam justificar a criação de projetos de intervenção na comunidade de Barrinha da Conceição para atender as mulheres e em consequência a melhoria da vida de toda comunidade.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. **Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. New York: Springer, 2014.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo**. Livros, p. 121-223, 2016.

HAYS, T. An empirical method for the identification of covert categories in Ethnobiology. **American Ethnologist**, USA, vol. 3, p: 485 – 507. 1976.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)-Bahia. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/?p=48910>>,2017.



**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS EM DECORRÊNCIA DA  
DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO BAIXO SALITRE, JUAZEIRO – BA**

DOI: [10.29327/127718.1-8](https://doi.org/10.29327/127718.1-8)

Categoria do Trabalho – Projeto de Dissertação

***Cinara Cristina da Costa Braga***

*Bióloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana (PPGEcoH-UNEB).  
[braga.cinara@gmail.com](mailto:braga.cinara@gmail.com)*

***Ana Paula Penha Guedes*** (Orientadora)

*Doutora em Biologia Animal (UFRRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia  
Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH-UNEB).  
[appguedes@uneb.br](mailto:appguedes@uneb.br)*

**RESUMO**

Ao longo de gerações, a água foi considerada como um bem inesgotável levando o seu desperdício e mau uso. Sua distribuição natural pela superfície do planeta não corresponde à distribuição política, e devido a situação de possível escassez desse recurso, há uma constante preocupação de possíveis conflitos entre países. O Brasil está entre os países com maiores armazenamentos de água doce do mundo, devido as suas dimensões geográficas e diversidade climática, algumas regiões sofrem graves problemas de escassez de água, como o Semiárido nordestino. O objetivo deste estudo é analisar os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da disponibilidade hídrica no semiárido, mais especificamente na região do Baixo Salitre, município de Juazeiro, região norte do Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, que visa contribuir nas discussões e na possibilidade de otimização na distribuição dos recursos hídricos. O diagnóstico socioeconômico e ambiental será realizado em duas comunidades no Baixo Salitre, com coleta de dados a partir de entrevistas com agricultores baseadas em um questionário contendo questões semiestruturadas,

utilizando a técnica de amostragem não probabilista “*snowball*”. Espera-se com este estudo que a investigação sobre a disponibilidade do recurso hídrico no Baixo Salitre gere impactos socioeconômicos e ambientais construtivos para a comunidade, de forma que possam ser tornar visíveis pelas autoridades legais e pelos os órgãos competentes, e estes em contribuição com a ciência e a pesquisa, ajudem na orientação de uma gestão ambiental com mais justiça para os moradores.

**Palavras-chave:** Conflitos; Disponibilidade hídrica; Salitre; Bahia.

## INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, o homem tem uma relação intrínseca com a natureza e seus recursos naturais, especialmente com água. Historicamente, esse recurso tem grande importância para a humanidade, sendo visto como algo simbólico e crucial para o desenvolvimento das primeiras civilizações as margens de grandes rios e seus afluentes (SILVA, 2013). Entretanto, ao longo dos anos, o drama provocado na ingerência dos recursos hídricos mostra um cenário desafiador diante da utilização desse recurso, que impulsiona a necessidade de aprimorar pesquisas que busquem sensibilizar a sociedade e o poder político sobre os impactos sociais, políticos e ambientais da escassez e/ou disponibilidade desse recurso.

Há muito tempo, acreditava-se que a água era um bem natural infinito, principalmente no Brasil, onde se tem uma das maiores reservas hídricas do planeta. Considerado o País das Águas, o Brasil possui cerca de 12% da água doce do planeta, sendo a bacia do Rio Amazonas, a bacia dos Rios Tocantins e Araguaia, a bacia do Atlântico Norte/Nordeste, a bacia do Rio São Francisco, as bacias do Atlântico leste, as bacias dos Rios Paraná/Paraguai, a bacia do rio Uruguai e as bacias do Atlântico Sul/Sudeste as mais importantes dentro do território nacional (BARROS; AMIN, 2008).

Porém, devido as suas dimensões geográficas e diversidade climática, algumas regiões sofrem graves problemas de escassez de água, como o Semiárido nordestino. De acordo com os dados de disponibilidade de água trazidos por Brito, Silva e Porto (2007, p. 21) “apenas 3% do total de água existente no país encontram-se na região Nordeste, sendo que 63% estão localizadas na bacia hidrográfica do rio São Francisco e 15% na bacia do rio Parnaíba, que juntos detêm 78% da água da região”, o que denota uma grande diversidade de quadros naturais e socioeconômicos.

A principal característica da região semiárida é a irregularidade do regime de precipitação pluviométrica associada à escassez de água, contribuindo para a redução da disponibilidade hídrica e impacta diretamente na adoção de medidas políticas efetivas para o desenvolvimento socioeconômico da região. Adicionalmente, os conflitos pelo uso da água em regiões onde a escassez/disponibilidade hídrica é contínua, “tendem a aumentar em função da demanda, da

degradação dos recursos hídricos ou da instabilidade climática” (BRITO; SILVA; PORTO, 2007, p. 27).

Dentre as políticas legislativas nacionais para a proteção desse recurso, está o Decreto Lei 24.643/1934, o Código das Águas (BRASIL, 1934), que estabelece o gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil e estabelece diretrizes para o poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas. Posteriormente, institui-se a Política Nacional dos Recursos Hídricos sob a Lei 9.433/1997 (BRASIL, 1997), conhecida como a Lei das Águas. Logo, instituiu-se o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) que rege sobre os princípios de organização para a gestão compartilhada do uso da água, tendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o seu principal órgão que tem dentre as suas atribuições a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas em rios da União.

Entretanto, apesar das leis voltadas para a proteção desse recurso no Brasil e no mundo, ainda são muitos os cenários em que se pode observar a crise hídrica nitidamente, tornando-se indispensável a necessidade e sensibilidade de se compreender que os recursos naturais são finitos. Marques (2012, p. 45) aponta que “ou sentimos profundamente esses sentidos como parte da ecologia planetária, ou passaremos, sem querer saber, sobre a ética desse sentido”. Para Ruhoff (2004), a falta de água será o tema dos grandes debates mundiais no século XXI, pois a água é um dos últimos recursos naturais que passou a ser discutido frente a crise ambiental que se instala no âmbito internacional. Dessa forma, é importante correlacionar a sensibilidade do ser ao ambiente, ao social, ao político, ao econômico e aos aspectos culturais como parte de grandes discussões globais.

No contexto do semiárido, o Baixo Salitre, localizado no município de Juazeiro-BA, é formado por 70 comunidades com a economia voltada principalmente para a agricultura familiar irrigada e para pequenas criações de caprinos, ovinos e aves. Diante dessa vasta área, esta pesquisa ficará restrita as comunidades do Recanto e Alfavaca, por serem áreas com maior dificuldade de disponibilidade hídrica, visando focar nos impactos socioeconômicos e ambientais frente a esse desafio. Adicionalmente, para a manutenção da economia local, faz-se necessário tomar medidas preditivas sobre a disponibilidade da água para atender as diversas necessidades que surgem em consequência do atendimento a essas comunidades.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da disponibilidade hídrica no Baixo Salitre, no município de Juazeiro, Bahia, servindo como um instrumento que contribua para a gestão dos recursos hídricos locais.

## MÉTODO

Essa pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório. O levantamento bibliográfico será embasado na busca de trabalhos indexados em bancos de dados como Scielo,

Google Acadêmico e Scirus, visando uma análise contextual sobre os aspectos históricos, sociais e políticos da água no semiárido nordestino.

O diagnóstico socioeconômico e ambiental será realizado em duas comunidades no Baixo Salitre, com coleta de dados a partir de entrevistas com agricultores baseadas em um questionário contendo questões semiestruturadas, utilizando a técnica de amostragem não probabilista “*snowball*”. E a pesquisa descritiva será dividida em três partes inter-relacionadas, aplicando técnicas ou instrumentos de pesquisa distintos.

O horizonte amostral será com moradores das comunidades do Recanto, Alfavaca e Baraúna no Baixo Salitre, considerando os seguintes grupos por faixas etárias: 18 a 25 anos; 26 a 40 anos; 41 a 60 anos e acima de 60 anos, dentro da proporcionalidade no que diz respeito ao aspecto gênero, sendo 50% dos entrevistados do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Em tal levantamento, buscar-se-á evidenciar aspectos ligados aos níveis de educação, moradia, saneamento básico, composição e nível de renda familiar. Os dados serão analisados pelo modelo de união de diversas competências individuais, que consiste em considerar todas as informações obtidas nas entrevistas (HAYS, 1976).

Em respeito aos direitos de propriedade intelectual, serão apresentados os objetivos da pesquisa, ao início de cada entrevista quando será solicitada a permissão dos entrevistados para registrar as informações através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e do termo de autorização para o uso de imagem. A autorização para o acesso ao conhecimento tradicional será obtida a partir do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (CEP – UNEB), submetido através da Plataforma Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Espera-se com este estudo que a investigação sobre a disponibilidade do recurso hídrico no Baixo Salitre gere impactos socioeconômicos e ambientais construtivos para a comunidade, de forma que possam ser tornar visíveis pelas autoridades legais e pelos os órgãos competentes, e estes em contribuição com a ciência e a pesquisa, ajudem na orientação de uma gestão ambiental com mais justiça para os moradores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão da disponibilidade hídrica no semiárido nordestino é um problema socioeconômico-ambiental, que tende a aumentar devido às mudanças ambientais e ocupação do espaço pela sociedade. Assim, faz-se necessário políticas públicas permanentes e eficazes que atendam as

demandas não somente da iniciativa privada associada a latifundiários, mas de todos os cidadãos, evitando novas disputas e conflitos por esse recurso. O monitoramento e gerenciamento da água deve ser contínuo e prioritário pelos governantes e gestores, promovendo a sua distribuição igualitária, assim como seus cidadãos conscientes e ativos na luta por seus direitos, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do semiárido, associado a políticas de proteção de seus recursos naturais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, F. G. N.; AMIN, M. M. Água: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, 2008.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Código de Águas**. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm). Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm). Acesso em: 23 mar. 2020.

BRITO, L. T. L.; SILVA, A. S.; PORTO, E. R. Disponibilidade de água e a gestão dos recursos hídricos. In: BRITO, L. T. L.; MOURA, M. S. B.; GAMA, G. F. B. (Ed.). **Potencialidades da água de chuva no Semiárido Brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2007.

HAYS, T. E. An empirical method for the identification of covert categories in Ethnobiology. **American Ethnologist**, v. 3, n. 3, p. 489-507, 1976.

MARQUES, J. **Ecologia da Alma**. Petrolina, PE: Franciscana, 2012.

SILVA, É. D. C. **Da passadeira ao canal de concreto: a agricultura e as mudanças no modo de vida da população do Vale do Salitre**. Monografia (Graduação em História). Universidade de Pernambuco. Petrolina, 2013.



**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA MINERAÇÃO NAS COMUNIDADES DE FUNDO DE  
PASTO, SOB O OLHAR DA JUSTIÇA AMBIENTAL**

DOI: [10.29327/127718.1-9](https://doi.org/10.29327/127718.1-9)

Categoria do Trabalho – Projeto de Tese

**Maryângela Ribeiro de Aquino Lira Lopes**

*Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [maryangelaaquino@hotmail.com](mailto:maryangelaaquino@hotmail.com)*

**Eliane Maria de Souza Nogueira** (Orientadora)

*Doutora em Biologia Animal (Zoologia), Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão  
Socioambiental (UNEB/PPGEcoH), Universidade Estado da Bahia – UNEB, [emnoqueira@uneb.br](mailto:emnoqueira@uneb.br)*

**Carlos Alberto Batista Santos** (Co-Orientador)

*Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em  
Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [cabsantos@uneb.br](mailto:cabsantos@uneb.br)*

### RESUMO

Esta proposta de estudo apresenta discussões e reflexões em torno dos empreendimentos de mineração em áreas rurais na região semiárida do Nordeste brasileiro. Os municípios que compõem o território Sertão do São Francisco/BA passam por severas transformações nas suas condições naturais devido ao crescimento da mineração nessa região, com destaque para os municípios de Juazeiro, Curaçá, Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé. Nesse sentido, o objeto deste estudo empírico recai sobre os impactos socioambientais das atividades minerárias desenvolvidas em Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto no município baiano de Curaçá, nos últimos dez anos, sob o olhar da justiça ambiental.



**Palavras-Chave:** Mineração, Comunidades Tradicionais, Semiárido nordestino.

## INTRODUÇÃO

Inserido na temática do meio ambiente e ecologia política, as discussões e reflexões que transitam em torno dos empreendimentos de mineração em áreas rurais vêm sendo cada vez mais intensificadas, especialmente quanto aos impactos e riscos que advêm de tal empreendimento em relação aos indivíduos, comunidades, regiões e ao meio ambiente (BECK, 1992).

Mundialmente, há um crescente interesse pelas questões ambientais no sentido da preservação, cuja ênfase tem sido o uso de teorias ecológicas para estabelecer estratégias sustentáveis e, até, de sobrevivência do Planeta (PÁDUA, 2010).

Já de algum tempo, os municípios que hoje compõem o território Sertão do São Francisco-BA vêm sendo palco de intensa atividade de mineração, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de apropriação do território (CPT, 2009).

Segundo levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro, entre os meses de novembro de 2008 e março de 2009, em relação à atividade de mineração no norte do Estado, constatou-se a existência de jazidas de minérios de ferro, ouro, titânio, níquel, cobre, chumbo e zinco, ametista, cristal branco, quartzo verde, entre outros minérios, envolvendo os municípios de Juazeiro, Curaçá, Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé. Segundo a CPT (2009), tais atividades vêm sendo conduzidas, no estado da Bahia, sem a devida participação da sociedade, muito menos das comunidades onde essas atividades vêm ocorrendo.

Apesar da maior parcela da atividade mineral na região encontrar-se em fase de pesquisa, a mineração já provoca impactos ao meio ambiente, especialmente na vegetação de Caatinga que possui uma fitofisionomia rica e diversa na região semiárida e às comunidades rurais. Entre estes impactos podem ser citados, inicialmente, a contaminação e o assoreamento das águas fluviais provocados pelo lançamento de resíduos sólidos da mineração; deposição de rejeitos em locais inadequados, ocasionando prejuízo às atividades agrárias e pastoris; abalos sísmicos ocasionados pela explosão de rochas, comprometendo as edificações existentes; poluição atmosférica em razão da poeira proveniente da atividade minerária (CPT, 2009).

Com a expansão do capitalismo globalizado, essas áreas coletivas vêm sendo, aceleradamente, ocupadas, para fins de exploração por mineradoras, que têm causado impactos ambientais e sociais, gerando diversos conflitos. O ônus ambiental resultante de atividades de mineração ou outras atividades econômicas voltadas à acumulação de capital evidenciam situações de

injustiça ambiental. O termo injustiça ambiental tem sido aplicado para designar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e expostas às condições de vulnerabilidade (ACSELRAD: 2009).

Diante desta premissa, os impactos socioambientais a serem investigados serão compreendidos na perspectiva teórica dos conflitos ecológicos distributivos (MARTÍNEZ ALIER, 2007), na qual, esses processos estão distribuídos espacialmente, de forma desigual e intencional, afetando de maneira mais intensa os mais carentes e produzindo injustiças ambientais.

O objeto deste estudo recai sobre os impactos socioambientais das atividades minerárias desenvolvidas nos territórios das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto no município baiano de Curaçá, buscando identificar os principais impactos socioambientais provocados por tais atividades que geram riscos ao uso, posse e gestão da área coletiva e as situações de injustiça ambiental, na perspectiva de minoração dos impactos socioambientais constatados.

Testaremos a hipótese de que as Comunidades denominadas Fundo de Pasto possuem, historicamente, um modo peculiar de ser, viver e produzir, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. A ocupação destas áreas comuns pelas empresas de mineração tem provocado impactos socioambientais e promovido desenvolvimento local socialmente injusto, com prejuízos às maneiras de viver, ser e produzir destas comunidades.

O objetivo principal será elaborar um diagnóstico sociocultural e ambiental das Comunidades de Fundo de Pasto, situadas no município baiano de Curaçá, relacionando-as com atividades minerárias realizadas nesta localidade, para identificar os principais tipos de interferências humanas na área em questão, nas formas de vida, de ocupação do espaço, interferências antrópicas no ambiente, que gerem riscos ao uso, posse e gestão da área coletiva e as situações de injustiça ambiental, na perspectiva de minoração dos impactos socioambientais constatados.

## **METODOLOGIA**

O estudo ocorrerá em Curaçá-BA, município fundado em 06 de julho de 1832 e localizado no Vale São-Franciscano da Bahia, distando 587 km de Salvador. Com uma população estimada, em 2010, de 32.168 habitantes (IBGE, 2010).

Limita-se com Juazeiro, Jaguarari, Uauá, Chorrochó, Abaré e com o Rio São Francisco. A área municipal é de 6.709 km<sup>2</sup> e está inserida nas folhas cartográficas de Santa Maria da Boa Vista (SC.24-V-B-V), Chorrochó (SC.24-V-B-VI), Barro Vermelho (SC.24-V-D-II), Macururé (SC.24-V-D-III), Pinhões (SC.24-V-D-V) e Uauá (SC.24-V-D-II), editadas pelo DSG, em 1968 e 1977 na escala 1:100.000.

Neste Município existem mais de 60 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto auto identificadas e certificadas junto à SEPROMI –BA (Diário Oficial do Estado da Bahia, 2017 – 2018).

Serão investigadas 17 (dezessete) Comunidades de Fundo de Pasto, situadas no município de Curaçá, com características bem específicas e circunscritas a algumas regiões do semiárido da Bahia, os Fundos de Pasto se constituem em formas de utilização coletiva das terras, especialmente em regiões da caatinga, conformando um tipo de criação e uso da terra, na qual grupos de famílias possuem a posse da terra, sem uma delimitação da área medida e ajustada e sem a presença de cercas – cada família mantém uma pequena casa e uma pequena área cercada, sendo o restante da área utilizada para o pastoreio coletivo. Este tipo de unidade produtiva denomina-se na Bahia de Fundos de Pasto. Estimam-se mais de 500 comunidades de fundo e fecho de pasto no Estado da Bahia, as quais compreendem cerca de 11.431 famílias, segundo dados oficiais, e 17.758 famílias, em 42 municípios, conforme dados da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto (AEFFP).

Antes de iniciar o processo de coleta de dados, o presente projeto será submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia.

Os dados necessários para atender os objetivos e a confirmação ou não da hipótese da pesquisa serão obtidos por meio das seguintes técnicas Revisão Sistemática Integrativa de Literatura, Entrevistas semiestruturadas, Questionários, Observação participante.

Para obtenção dos dados, serão visitadas as Comunidades de Fundo de Pasto nas localidades acima referidas. Os primeiros contatos possibilitarão a identificação das lideranças locais, pessoas que se auto reconhecem e que são reconhecidas pela própria comunidade como culturalmente competentes (HAYS, 1976; MARQUES, 1995).

A amostragem será não aleatória intencional, na qual será pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE et al, 2010). Serão entrevistados todos os agricultores e agricultoras integrantes das comunidades em estudo, cuja principal fonte de renda seja a produção agropecuária e que estejam associados a entidades locais. As informações sobre o conhecimento local serão obtidas através de questionários semiestruturados, completados por entrevistas livres e conversas informais (MELLO, 1996, HUNTINGTON, 2000). Realizar-se-á a confirmação das informações obtidas nas entrevistas, em situações sincrônicas quando a mesma pergunta será feita a pessoas diferentes, em tempo bastante próximo (MARQUES, 1991; ALVES et al., 2007; ROCHA et al., 2008).

Antes de cada entrevista será explicada a natureza e os objetivos da pesquisa e solicitada à permissão aos entrevistados para registrar as informações através da apresentação e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e termo de autorização para o uso de imagem, quando permitido pelos informantes as entrevistas serão gravadas. Caso algum entrevistado incluído na amostra não seja alfabetizado, este será representado e auxiliado por um familiar alfabetizado.

Do ponto de vista social, procurar-se-á caracterizar, através de entrevista e do uso de questionários semiestruturados, a estrutura das comunidades de fundo de pasto da localidade, enfatizando-se os aspectos de moradia, saneamento, atendimento médico, tempo de residência na

área, tipo de abastecimento de água, tipos de relações que mantêm com o ambiente, destacando-se o local que desenvolvem suas atividades, quais os problemas mais comuns na vida do agricultor, quais as benfeitorias que poderão ser realizadas para melhorar a vida com essa atividade, quais as doenças que mais afetam a vida.

Os questionários apresentarão perguntas sobre as percepções ambientais, impactos socioambientais e territoriais e uso da terra e ainda questionamentos envolvendo aspectos socioeconômicos dos entrevistados. As questões socioeconômicas além de permitirem analisar o perfil socioeconômico dos agricultores fornecerão subsídios para verificarmos se o conhecimento e uso dos recursos estão associados ao poder aquisitivo, escolaridade, idade, gênero, e/ou à projeção social dos indivíduos ou grupos familiares.

Para investigar a percepção dos entrevistados sobre a relação das atitudes desses e os impactos socioambientais e conservação da região será utilizado a técnica da linha do tempo, quando os questionamentos sobre as mudanças que ocorreram na paisagem e as representações locais sobre as atitudes geradoras de transformações na paisagem e a partir destas as possíveis ameaças à biodiversidade local (SHEIL et al., 2004).

A metodologia a ser utilizada na análise dos impactos ambientais oriundos da atividade de mineração será baseada na matriz de interação de Leopold (1971), sendo uma das mais conhecidas e utilizadas mundialmente, projetada com o intuito de avaliar os impactos associados a quase todos os tipos de implantação de projetos (BECHELLI, 2010).

A referida Matriz é baseada em uma lista de 100 ações com potencial de possíveis provedores de impacto ambiental e 88 características ambientais. Este tipo de matriz é organizado de modo a mostrar as atividades, os efeitos e os impactos ambientais. Ela se apresenta como um método quantitativo de avaliação de impacto ambiental que identifica de forma simples os problemas ambientais que fazem parte de qualquer processo, além de mostrar os efeitos das atividades desenvolvidas sobre as variáveis ambientais. A matriz proporciona interações entre variáveis comuns sendo também uma estratégia de organizar as informações adquiridas em uma tabela disposta na forma de uma rede, onde as atividades impactantes do processo se apresentam em um eixo e as características ambientais em outro eixo. Essa matriz surgiu da tentativa de suprir as deficiências das listagens, que é outro tipo de método de avaliação, além de mostrar de forma clara as relações existentes de causa e efeito, baixo custo de aplicação e facilidade de elaboração.

Para a identificação dos impactos na paisagem gerados pela exploração da rocha nas áreas adjacentes aos campos de exploração será empregada a proposta metodológica de Bacci, Landim, Eston (2006), Cabral, Pereira e Albuquerque (2012) e CETESB (2011), as quais foram adaptadas de acordo com necessidade deste estudo.

Inicialmente será montada uma planilha de avaliação dos impactos, a qual leva em consideração: decapeamento, remoção da cobertura superficial, deterioração da cobertura vegetal e a formação de pilhas de solo; desmonte das bancadas com detonação dos explosivos; carregamento e transporte do minério até a britagem; abertura de novas vias de acesso na cava; umidificação das vias de acesso; descarregamento do minério; britagem da rocha; transferência de materiais; estocagem do produto; circulação de veículos. Como também a severidade dos impactos podendo ser eles, desprezível, danos irrelevantes, possíveis danos e impacto ambiental.

Para o desenvolvimento do mapa de uso e ocupação das terras será utilizada uma imagem orbital gerada pelo sensor OLI (Operational Land Imager) do ano de 2016 acoplado ao satélite *Landsat 8* na órbita 217 do ponto 66. A imagem de satélite está disponível no banco de dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). De posse da imagem será confeccionada o mapeamento com base no método da classificação supervisionada.

A classificação supervisionada é o método de mapeamento onde o pesquisador seleciona amostras na imagem a ser mapeada. Essas amostras correspondem às classes de uso e cobertura selecionada previamente pelo pesquisador. A partir daí, o software realizará uma busca e mapeamento com base nas amostras selecionadas resultando no mapa de uso e ocupação (GONÇALVES *et al*, 2008; VASCONCELOS, NOVO, 2004).

O mapa apresenta sete classes de uso e ocupação, sendo elas: solo exposto; caatinga densa; caatinga esparsa; rocha exposta; água; áreas de residências e área da pedreira. Todo processo de mapeamento será desenvolvido no software Arcgis 10.2 na versão demonstrativa.

Em seguida, o registro do raio de impacto será confeccionado a partir do método de interpolação geoestatística. Inicialmente será coletado em cada residência e/ou nos pontos onde os impactos foram identificados e coordenados através do aparelho receptor de GPS. Essas informações serão interpoladas com auxílio do software Arcgis 10.2 na versão demonstrativa, gerando assim, o mapa para cada atividade de impacto listada anteriormente.

Para estruturação da revisão de literatura será utilizada a Revisão Bibliográfica Sistemática Qualitativa proposta por Botelho, Cunha e Macedo (2011), obedecendo a sete passos: Formulação da pergunta; Localização dos estudos; Avaliação crítica dos estudos; Coleta de dados; Análise e apresentação dos dados; Interpretação dos dados e Aprimoramento e atualização da revisão.

A seleção dos estudos incluirá apenas periódicos indexados na CAPES. Livros e artigos de revisões não serão considerados. Utilizaremos como bases de dados o *Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* e *Science Direct*. Serão consideradas publicações entre os anos 2000 e 2019 nas bases de dados selecionadas.

Para a seleção dos estudos nas bases de dados serão adotados critérios de inclusão e exclusão para delimitar apenas os artigos que investigaram o conhecimento tradicional de

Comunidades de Fundo de Pasto. Como critério de inclusão serão analisados título, resumo e palavras chave e se estes são pertinentes ao objetivo da pesquisa

Como critério de exclusão serão eliminados aqueles que não abordavam as Comunidades de Fundo de Pasto, revisão de literatura, livros e enciclopédias. Será criado um banco de dados para os artigos selecionados em cada base de dados.

Para cada artigo serão avaliados dados estruturais como a presença de resumo, introdução, metodologia, resultados, discussão, conclusão e referências atualizadas, data e ano de publicação. Na sequência os resultados serão interpretados e fundamentados nos resultados e discussões.

O tratamento e análise dos dados (dados primários ou secundários.) será realizada através de análise de conteúdo e técnicas estatísticas descritivas e inferenciais.

Os resultados serão apresentados por meio da abordagem quali-quantitativa, em busca de uma análise mais aprofundada sobre o tema investigado.

As similaridades entre as localidades estudadas serão obtidas por meio do coeficiente de similaridade de Jaccard (JACCARD, 1901), o qual será calculado por meio do *software* PC-ORD© versão 4.0 para Windows (MCCUNE; MEFFORD, 1999) com base na matriz de presença/ausência das práticas agrícolas por área estudada. As distâncias entre as comunidades serão representadas em dendogramas. Neste índice a similaridade é máxima quando o valor é igual a 1 e inexistente quando for 0; em geral, acima de 0,6 Jaccard indica alta similaridade (RAHEL, 1990). Esse coeficiente verifica as similaridades aos pares formando *clusters* os quais são colocados em escala de distância. A fórmula simplificada do coeficiente de Jaccard é dada como:  $S_j(i,j) = a/(a+b+c)$ , onde: *a* é o número de práticas utilizadas por duas comunidades, a qual chamaremos de X e Y; *b* é o total de práticas utilizadas apenas pela comunidade X e *c* é o atributo correspondente ao número de práticas exclusivamente utilizados pela comunidade Y (GOODALL, 1966).

## RESULTADOS ESPERADOS

Como se observa, a presente Pesquisa desenvolver-se-á junto às Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto onde se desenvolvem atividades minerárias, buscando identificar, sob o olhar da justiça ambiental, os principais impactos socioambientais provocados pelas atividades minerárias que geram riscos ao uso, posse e gestão da área coletiva e as situações de injustiça ambiental, na perspectiva de minoração dos impactos socioambientais gerados.

Assim sendo, o principal resultado esperado através da presente investigação científica é a elaboração de um diagnóstico dos principais impactos socioambientais provocados por atividades minerárias que geram riscos ao uso, posse e gestão da área coletiva de Fundos de Pasto, situadas no município baiano de Curaçá, relacionando-as com atividades minerárias realizadas nesta localidade,

para identificar os principais tipos de interferências humanas na área em questão, nas formas de vida, de ocupação do espaço, interferências antrópicas no ambiente, que gerem riscos ao uso, posse e gestão da área coletiva e as situações de injustiça ambiental, na perspectiva de minoração dos impactos socioambientais constatados.

Ademais, espera-se a confirmação das hipóteses levantadas no item 3. deste Projeto. Além de favorecer o aprofundamento teórico e epistemológico sobre justiça ambiental e contribuir na possibilidade de se aportarem elementos a estudos posteriores, no sentido de servir de análise e estudo às entidades não-governamentais, aos movimentos populares, às comunidades envolvidas e aos Poderes Públicos Municipais e Estaduais, especialmente na elaboração de políticas públicas, quanto à proteção socioambiental às comunidades tradicionais que estão impactadas com as atividades minerárias.

#### REFERENCIAS

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Trad. Telma Costa. Portugal: Editorial Teorema, 1996.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. ; ALENCAR, N. L. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Ed.). *Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos*. Recife: NUPEEA/Livro Rápido, 2010. p. 39-64.

ALVES, R. R. N. et al., **Utilização e comércio de plantas medicinais em Campina Grande, PB, Brasil**. *Revista Eletrônica de Farmácia*, v. 4, n. 2, p. 175-198, 2007.

BAILEY, K. **Methods of social research**. 4 ed. New York: The Free Press. 1994. 588p.

BOTELHO, L. L. R.· CUNHA, C. C. A.; ·M ACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011 ·

BOURDIEU, P. **Os efeitos de lugar**. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 7ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16.Ed. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 7 fevereiro, 2007.

CPT, Comissão Pastoral da Terra / Diocese de Juazeiro – Bahia. **Mineração na Região de Juazeiro: avanços, impactos e resistência das comunidades rurais**. Julho, 2009. Pg. 1 – Disponível em: [http://www.cptba.org.br/download/diagnostico\\_mineracao\\_juazeiro\\_jul2009.pdf](http://www.cptba.org.br/download/diagnostico_mineracao_juazeiro_jul2009.pdf). Acesso em: 21/03/2016.

HAYS, T. E. An **Empirical Method for the Identification of Covert Categories in Ethnobiology**. *American Ethnologist*, v. 3, n. 3, p. 489-507, 1976.

HUNTINGTON, H. P. **Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications**. *Ecological Applications*, v. 10, n. 5, p. 1270-1274, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Juazeiro (BA). In: IBGE Cidades, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 11/04/2016.

JACCARD, P. Distribution de la Flore Alpine: dans le Bassin des dranses et dans quelques régions voisines. *Bulletin de la société vaudoise des sciences naturelles*, v. 37, n., p. 241-272, 1901.

MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores: Etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano**. São Paulo: NUPAUB / USP. 1995. 320p.

MARQUES, Maria T. C.; RAMALHO, Marilena P. **Os movimentos Ecológicos e a interdisciplinaridade**. In: SÁ, Jeanete L. M. de. (Org). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2010.

MCCUNE, B.; MEFFORD, M. J. **PC-ORD: Multivariate Analysis of Ecological Data; Version 6 for Windows (User's Guide)**. ed.: MjM Software Design, 2011. 28p.

MELLO, L. C. **Antropologia Cultural. Iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAHEL, F. J. **The Hierarchical Nature of Community Persistence: A Problem of Scale**. *The American Naturalist*, v. 136, n. 3, p. 328-344, 1990.



SHEIL, D. et al., **Explorando la biodiversidad, el medio ambiente y las perspectivas de los pobladores en áreas boscosas: métodos para la valoración multidisciplinaria del paisaje**. 2 ed. Bogor: CIFOR, 2004. 53p.



**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE  
INCLUSÃO/EXCLUSÃO NAS EXPRESSÕES CULTURAIS EM ESPAÇOS INFORMAIS**

DOI: [10.29327/127718.1-10](https://doi.org/10.29327/127718.1-10)

Categoria do Trabalho – Projeto de tese

**Ana Carla Pereira Martins Conselho**

*Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [iaiamoda@hotmail.com](mailto:iaiamoda@hotmail.com)*

**Artur Gomes Lima Dias** (Orientador)

*Doutor em Biologia parasitária (FIOCRUZ), Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e  
Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [agdlima@uneb.br](mailto:agdlima@uneb.br)*

**Carlos Alberto Batista Santos** (Co-Orientador)

*Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em  
Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB/PPGEcoH)  
Universidade Estado da Bahia – UNEB, [cabsantos@uneb.br](mailto:cabsantos@uneb.br)*

**RESUMO**

A presente pesquisa visa estudar os grupos tradicionais e suas expressões culturais de dança, enquanto espaços educativos. Com o objetivo de analisar quais são as representações sociais no processo de inclusão/exclusão de pessoas com deficiências nestes grupos culturais de danças enquanto espaços educativos informais, no semiárido brasileiro, a partir da teoria da representação social de Moscovici (1978). A área de estudo será os centros urbanos dos municípios baianos de Juazeiro-BA e Curaçá-BA e os municípios pernambucanos de Petrolina-PE e Lagoa Grande-PE, incluindo na amostragem cegos, surdos e cadeirantes. Trata-se de uma pesquisa descritiva e de campo, que adotará os métodos de coleta da revisão bibliográfica e das entrevistas semiestruturada com aplicação de questionário pelo

Google Forms, para os líderes e pessoas mais antigas nos grupos, bem como, as pessoas com deficiências (surdos, cegos e cadeirantes). A fim de apresentar por meio da análise de discurso os resultados coletados em campo, com base na teoria representação social, onde se dará uma análise qualitativa e quantitativa com a construção de gráficos e de tabelas, quando possível, como também, será adotada a triangulação dos dados. No intuito de saber se as representações sociais sobre as pessoas com deficiências propiciam a inclusão/exclusão nas manifestações socioculturais de dança dessas comunidades do semiárido brasileiro.

**Palavras-Chave:** Deficiências. Educação. Representatividade Social. Grupos Tradicionais. Danças Culturais.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo dados estatísticos pelo IBGE (2010), temos mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 6,7% da população. Assim, os dados oficiais apontam que a deficiência visual estava presente em 3,4% da população brasileira; a deficiência motora em 2,3%; a deficiência auditiva em 1,1%; e a deficiência mental/intelectual em 1,4%. Então, entre estas deficiências temos cerca de 582 mil pessoas cegas; 2 milhões com baixa visão e 18,8% da população diz ter alguma dificuldade para enxergar. A população surda brasileira chega a 10 milhões de pessoas, isso equivale a 5,1% da população no Brasil. Desses, 2,7 milhões são surdos profundos, ou seja, não escutam nada. Como também, foram declaradas cerca de 7,0% de pessoas com dificuldades de se movimentarem (IBGE, 2010).

Nesta perspectiva, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (...)” (UNESCO, 1994, Art.1º). Por conseguinte, o Brasil tem elaborado dispositivos legais que explicitam a construção de uma sociedade para todos, assegurada pela Constituição de 1988, tendo os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, pode-se listar os seguintes marcos legais: (i) a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; (ii) o Decreto 3.956<sup>2</sup>, de 08 de outubro de 2001, que promulgou a Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. (iii) o Decreto nº 5296, em 02

---

<sup>2</sup> Ao instituir esse Decreto, o Brasil comprometeu-se em tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas com deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (Nota da autora).

de dezembro de 2004, conhecido como Decreto de Acessibilidade Arquitetônica, como também, na comunicação; (iv) a adoção da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência – Tratado Internacional – que teve tramitação em 2006 e foi aprovado em 2008, com o poder equivalente à Constituição, em 2009.

No âmbito da educação dos surdos, a partir do ano 2000, muitos foram os marcos legais, entre eles estão: (i) a Lei nº 10.436, que foi sancionada, em 24 de abril de 2002, e reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão. (ii) o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em 1ª de setembro de 2010, foi sancionada a Lei 12.319, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Inspirada na Convenção entrou em vigor em julho de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-LBI de nº 13.146, essa nova legislação reafirma que "a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem", determina as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem<sup>3</sup>.

Dessa forma, esta pesquisa visa estudar, no semiárido brasileiro<sup>4</sup>, se os grupos tradicionais e suas expressões culturais de dança enquanto espaços educativos, propiciam a inclusão e/ou exclusão de pessoas com deficiências, a partir da teoria da representação social de Moscovici (1978). Incluindo na amostragem cegos e surdos (por terem comprometidos os processos de ensino-aprendizagem) e cadeirante (por não comprometer o ensino-aprendizagem).

A área de estudo será os centros urbanos dos municípios baianos de Juazeiro (5ª. maior cidade do estado da Bahia) e Curaçá (80ª. cidade) e os municípios pernambucanos de Petrolina (5ª. cidade maior cidade do estado de Pernambuco) e Lagoa Grande (84ª. cidade).

Trata-se de uma pesquisa descritiva e de campo, que adotará os métodos de: revisão bibliográfica, entrevista semiestruturada e questionário digital via google forms. A fim de apresentar por meio da análise de discurso os resultados coletados em campo, com base na teoria da representação social, onde se dará uma análise qualitativa e quantitativa com a construção de gráficos,

---

<sup>3</sup> A LBI determina ainda a obrigatoriedade na "geração de qualquer adaptação razoável para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia" (BRASIL, 2015).

<sup>4</sup> A região administrativa de que trata a Lei Complementar nº 113/2001, é constituída pelos municípios de: Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, e pelos Municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia (BRASIL, 2001).

quadros e tabelas, quando possível, como também, será adotada a triangulação dos dados para análise.

A escolha deste tema é uma forma de aprofundar os conhecimentos sobre os processos educativos inclusivos em espaços informais tendo como foco grupos tradicionais e suas expressões culturais de dança. Desse modo, em se tratando de inclusão de indivíduos com deficiências em municípios do semiárido brasileiro, questiona-se: será que em ambientes informais existe e/ou ocorrem a inclusão como estabelece os marcos legais? Para tanto, estabeleceu-se como problema desta pesquisa: quais as representações sociais construídas sobre a inclusão/ou exclusão de pessoas com deficiência nas manifestações culturais de danças?

De acordo com as pretensões desse estudo acerca da inclusão/ou exclusão de pessoas com deficiências em ambientes informais de expressões culturais de dança, estabeleceu-se como hipóteses:

As representações sociais sobre as pessoas com deficiências físicas (surdo, cego e cadeirante) propiciam a inclusão ou exclusão nas manifestações socioculturais das comunidades do semiárido brasileiro.

Estas pessoas são consideradas incapazes pelos grupos tradicionais e, portanto, são excluídos das atividades socioculturais, uma vez que os grupos não possuem formação e/ou informação para lidar com as especificidades individuais.

Este trabalho tem como objetivo principal, analisar quais são as representações sociais no processo de inclusão/ou exclusão de pessoas com deficiências nos grupos tradicionais e nas manifestações culturais da dança enquanto espaços educativos informais, no semiárido brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho tratará da metodologia de pesquisa descritiva e de campo, pois, de acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. O objeto a ser estudado será: a inclusão de pessoas com deficiências em grupos tradicionais e nas suas expressões culturais de danças, enquanto espaços educativos, no semiárido brasileiro.

Antes de iniciar o processo de coleta de dados, o presente projeto será submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

A área de estudo está circunscrita aos centros urbanos dos municípios da Bahia, Juazeiro, como a 5ª cidade e Curaçá como a 80ª cidade do estado; e em Pernambuco, os municípios de Petrolina sendo a 5ª cidade e Lagoa Grande como o 84º município do estado. Dessa forma, o critério de inclusão estabelecido foi o porte da unidade administrativa dos municípios, sendo dois de grande porte e dois

de pequeno porte e, ainda, dois estados federativos que apresentam diferentes expressões culturais registradas nas tradições de seus povos.

Dentro destes perímetros urbanos, a amostra será composta tendo como critério de inclusão, os líderes com maior tempo de participação nos grupos culturais, a fim de testar como ocorre a inclusão dos sujeitos cegos, surdos e cadeirantes, quer estejam disponíveis ou não nos grupos culturais tradicionais destas localidades, com o intuito de avaliar a partir da teoria da representação social, o processo de inclusão/ou exclusão no ensino-aprendizagem em locais não formais. Como também, as pessoas com deficiências que existirem nos grupos, a fim de retratar se estas pessoas são consideradas incapazes pelos grupos culturais e, se por isto, ou não, estes são excluídos das atividades socioculturais locais.

Neste aspecto, para a realização da primeira parte desta pesquisa será adotado o método de revisão bibliográfica, que se efetivará através de buscas online de periódicos nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *Web of Science* e Portal Brasileiro de Informação Científica (CAPES) de publicações de artigos publicados entre 2009 e 2020. Por conseguinte, as buscas se darão nos idiomas inglês, português e espanhol, utilizando-se das seguintes palavras-chave: expressão cultural de dança/ cultural expression of dance/expresión cultural de la danza; representação social/social representation/ representacion social; pessoa com deficiência/disabled person/persona discapacitada; inclusão sociocultural/ sociocultural inclusion/inclusión sociocultural, com buscas individuais ou combinadas entre si.

Dentro do método de inclusão e exclusão, serão admitidos os artigos que apresentarem ações/práticas em inclusão sociocultural de pessoas com deficiências entre os anos de 2009 a 2020. Serão excluídos os trabalhos de outra natureza (ensaios, estado de arte, resumos), mesmo que contemplem os descritores pesquisados, por se tratar de informações muito genéricas.

Logo após a fase de busca e seleção, os artigos e periódicos serão lidos na íntegra. Será evidenciado, nas análises, a distribuição e ocorrência espacial das ações e das práticas inclusivas no semiárido brasileiro; a temporalidade das publicações; o maior público participante; as temáticas mais recorrentes; como se processa a inclusão de pessoas com deficiências e quais os tipos de deficiências mais contempladas nas ações.

A análise e tabulação desses resultados serão realizadas com planilhas do Excel em conjunto com o software “NVIVO” que permitirá uma análise dos dados qualitativos e estatísticos, a fim de apresentar os resultados em gráficos e tabelas dinâmicas. Assim, este período de revisão bibliográfica durará entorno de três (3) meses para as buscas e seleção dos periódicos, com um período de mais três (3) meses para o estudo e a análise destes dados coletados.

No segundo momento desta pesquisa será utilizado o método de entrevistas semiestruturadas, nos grupos tradicionais dos quatro municípios selecionados, a fim de verificar se

existe ou não a inclusão de pessoas com deficiências nestes ambientes socioculturais educativos. Estas entrevistas terão uma duração de mais ou menos um (1) ano. Os pressupostos fundamentais destas entrevistas serão: i) conversar com os líderes dos grupos tradicionais, das cidades em estudo, com o intuito de estabelecer condições para que o processo de coleta de dados seja conduzido de modo a possibilitar um entendimento genuíno dos fatos; ii) coletar de modo mais profundo a significação de cada fenômeno, a partir dos episódios, dos comportamentos e das atitudes investigadas cruzando os dados coletados em momentos diferentes da entrevista em cada grupo; iii) acolher todas as informações do ponto de vista da inclusão de pessoas com deficiências dentro destas expressões culturais no semiárido brasileiro, com a finalidade de pontuar as demandas e as recepções desses eventos nos diversos grupos observados.

Alinhado a este período será aplicado o questionário digital via google forms, para os líderes e/ou pessoas mais idosas de cada grupo pesquisado, uma vez que este tipo de entrevista oferece uma “maior oportunidade para avaliar atitudes e condutas, podendo o entrevistado ser observado, possibilitando o registro de reações, gestos, etc” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 95). Realizar-se-á a confirmação das informações obtidas nas entrevistas, em situações sincrônicas quando a mesma pergunta será feita a pessoas diferentes, em tempo bastante próximo (MARQUES, 1991; ALVES et al., 2007; ROCHA et al., 2008).

Antes de cada entrevista será explicada a natureza e os objetivos da pesquisa e solicitada à permissão aos entrevistados para registrar as informações através da apresentação e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e termo de autorização para o uso de imagem, quando permitido pelos informantes as entrevistas serão gravadas. Caso algum entrevistado incluído na amostra não seja alfabetizado, este será representado e auxiliado por um familiar alfabetizado.

Os questionários apresentarão perguntas sobre: i) as características do líder; ii) os dados históricos de cada grupo tradicional; iii) o modo como agregam novos membros; iv) como ocorre ou já ocorreu a inclusão de uma pessoa cega, surda e/ou cadeirante no grupo; v) verificar o que facilita e/ou impede a inclusão de pessoas com deficiências e ainda questionamentos envolvendo aspectos socioeconômicos dos entrevistados. As questões socioeconômicas além de permitirem analisar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa fornecerão subsídios para verificarmos se o conhecimento está associado ao poder aquisitivo e/ou à projeção social dos indivíduos ou grupos familiares.

Por fim, para a análise dos dados, adotaremos o método da análise do discurso para que os resultados destas entrevistas passem por uma triangulação de dados utilizando o software “NVIVO” para a análise qualitativa e quantitativa com a interpretação e análise estatística que facilitem a percepção dos resultados coletados sobre a inclusão/ ou exclusão de pessoas com deficiências nestes grupos e nas suas expressões culturais. De tal modo, será discutido todos os dados coletados

referentes à inclusão ou exclusão de indivíduos, a partir da teoria da representação social, com o intuito de saber se as pessoas com deficiências são consideradas capazes ou incapazes pelos grupos socioculturais.

## RESULTADOS ESPERADOS

Na contemporaneidade percebe-se algumas mudanças, transformações que rompem as barreiras de estagnação. Por outro lado, como expõe Alvim (2017, p. 38) mostra uma outra visão sobre a transdisciplinaridade, quando afirma que a transdisciplinaridade, corresponde à aprendizagem multidisciplinar e da sociedade em geral, a resolução de problemas que abordem e enfrente os grandes desafios que nos corresponde como seres sociais, para tanto, esta exige clareza de ideias, novos modelos, novas posturas, onde cada indivíduo seja visto como ser único e integrante do meio em que vive.

Por conseguinte, Vigotski (2011, p. 869) destaca que o olhar para a deficiência deve ser voltado para os processos compensatórios, em que a dificuldade provinda da deficiência “serve de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação, indiretos, os quais substituem ou superpõem funções que buscam compensar a deficiência”. Nesse prisma, as ações voltadas ao atendimento dos indivíduos com deficiências devem possibilitar oportunidades onde a ênfase seja dada as ações estimuladoras, para gerar reações positivas.

Por essa lógica, espera-se que durante esta investigação seja possível apresentar a perspectiva da inclusão, a partir da teoria da representação social, dentro das expressões culturais de dança dos grupos tradicionais enquanto espaços educativos, no semiárido brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. N. et al., Utilização e comércio de plantas medicinais em Campina Grande, PB, Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 4, n. 2, p. 175-198, 2007.

ALVIM, R. G.; MARQUES, J. (Orgs.). **As Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988](http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988). Acesso em: 22-11-19.



BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 02-12-19.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/legislacao/resolucao-cns-196-96>. Acesso em: 02-12-19.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm). Acesso em: 12-11-19.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 22-11-19.

BRASIL. Emenda nº 12 de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Brasília: **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 19/10/1978, página 16857 (Publicação Original), 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-12-17-outubro-1978-366956-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22-11-19.

BRASIL. Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp113.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp113.htm). Acesso em: 23-11-19.

BRASIL. Ministério da Educação. LBI: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: **Diário Oficial da União**, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 22-11-19.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 22-11-19.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiências, 2010. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 22-11-19.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos Ecológicos na Etnoictiologia dos Pescadores do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú Manguaba, Alagoas**. Tese (Doutorado) Instituto de Biociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1991. 280p.

MOSCOVICI, S. **A representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROCHA, M. S. P. et al., O uso dos recursos pesqueiros no estuário do rio Mamanguape, Estado da Paraíba, Brasil. **Interciência**, v. 33, n. 12, p. 903-909, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Digital Library, UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 22-11-19.

VIGOTSKI, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Educação e Pesquisa: Traduzido por SALES, Denise Regina; OLIVEIRA, Marta Kohl de e MARQUES, Priscila Nascimento. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>. Acesso em: 19-11-19.

# PARCERIAS



CENTRO DE PESQUISAS EM ETNICIDADES,  
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

